

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURAL

ELIO DIXON ESCURRA GUILLÉN

**PERUANOS NO ACRE: A TRAJETÓRIA DE UMA
EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA**

GOIÂNIA
2010

ELIO DIXON ESCURRA GUILLÉN

**PERUANOS NO ACRE: A TRAJETÓRIA DE UMA
EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA**

Dissertação apresentada para a banca de defesa do mestrado em História Cultural da PUC/GO, sob a orientação da Prof. Dra. Heliane Prudente Nunes.

GOIÂNIA

2010



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1070 ● Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br ● prope@pucgoias.edu.br

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
11 (ONZE) DE FEVEREIRO DE 2011 (DOIS MIL E ONZE) E
Aprovada PELA BANCA EXAMINADORA.

1) Dra. Heliane Prudente Nunes / (Presidente) PUC-Goiás

Heliane Prudente Nunes

2) Dra. Libertad Borges Bittencourt / (Membro) UFG

Libertad Bittencourt

3) Dra. Renata Cristina de Souza N. Pereira / (Membro) PUC-Goiás

Renata Cristina de Souza N. Pereira

AGRADECIMENTOS

À professora Heliane Prudente Nunes minha sincera gratidão, cuja orientação viabilizou o presente trabalho, no qual foi responsável pela base teórica e metodológica.

Aos meus amigos de Rio Branco/Acre, que contribuíram nas realizações das pesquisas. Agradecimentos para minha companheira Maria Rosiléia, por ter viabilizado e redigido o presente trabalho. Agradecimentos especiais para minha querida filha Krupskaya por ter me ajudado nos trabalhos de recopilação de informações e textos e configurações desta pesquisa.

Aos meus filhos Gabriela e Oliver, que incentivaram e apoiaram em todos os processos da realização deste trabalho. À minha querida mãe Catalina Guillén Torres e aos meus irmãos Roy e Henry, por ter confiado e apostado na realização desse trabalho acadêmico e à memória de meu pai Elifio Escurra.

Aos imigrantes Roger, Carlos, Ulises e Orlando, que contribuíram de maneira relevante em todo o processo da pesquisa; no mais agradeço a todos os imigrantes e aqueles que contribuíram direta ou indiretamente com a realização do presente trabalho.

Às professoras Libertad Borges Bittencourt e Renata Cristina de Sousa Nascimento Pereira, pelas relevantes contribuições apresentadas no exame de qualificação, os meus agradecimentos especiais.

RESUMO

GUILLÉN, Ecurra Elio Dixon. PERUANOS NO ACRE: A TRAJETÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA (1980/2000). Dissertação, 2010. 67f. – Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Goiânia, 2010.

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar o processo migratório de grupos humanos pertencentes à nacionalidade peruana, para o Brasil/Acre, com o recorte temporal da década de 1980 a 2000, em consequência dos extremos políticos e sociais que abalaram a sociedade civil no Peru. Verificou-se que para compreensão do movimento migratório é necessário primeiro compreender as transformações políticas, econômicas e sociais e principalmente culturais do imigrante no novo espaço, analisando sua necessidade de integração e aculturação ao mesmo tempo em que enfrenta a intolerância de certos setores da sociedade anfitrião, bem como a marginalização praticada pelo Estado brasileiro, passando pela resistência de sofrer alterações nos seus valores culturais e tradições no decorrer da integração no meio local. A palavra “imigrante” nos remonta aos primórdios da humanidade com a movimentação permanente de bandos de pessoas em busca de locais mais fartos de alimentos, o que resultou como consequência, a ocupação das Américas, pois todos somos imigrantes de alguma forma nessas terras “Ameríndias”.

Palavras-chave: Imigração, Identidade, Fronteiras, Perú, Acre.

RESUMEN

GUILLÉN, Elio Dixon Escurra. **PERUANOS EN EL ACRE: LA TRAJECTORIA DE UNA EXPERIENCIA MIGRATORIA (1980/2000)**. Tesis, 2010. 67f. - Maestría en Historia. Pontificia Universidad Católica del Goiás (PUC-GO). Goiânia, 2010.

Este trabajo tiene como principal objetivo analizar el proceso de migración de grupos humanos pertenecientes a la nacionalidad peruana, al Brasil / Acre, con un recorte de tiempo de la década de 1980 a 2000, como resultado de la violencia política y social que han socavado la sociedad civil en el Perú. Descubrimos que para entender el movimiento migratorio es necesario primero comprender la situación política, económica, social, cultural y especialmente al inmigrante en el nuevo espacio, analizando su necesidad de integración y aculturación mientras que enfrenta la intolerancia de ciertos sectores de la sociedad que lo acoge y la marginación practicado por el Estado brasileño, enfrenta el cambio y la resistencia de sus valores culturales y tradiciones durante la integración en el nuevo espacio. La palabra "inmigrante" nos remonta a los inicios de la humanidad atravez del movimiento constante de las hordas de personas que buscan lugares llenos de alimentos, lo que dio como consecuencia, la ocupación de las Américas, todos somos inmigrantes em alguna manera en estas tierra "ameríndias".

Palabras clave: Inmigración, Identidad, Fronteras, Perú, Acre.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1: Mapa destacando as mudanças territoriais após a guerra do Pacífico	.24
Figura 2: Mapa do Brasil evidenciando a localização geográfica do Acre35
Quadro I: Motivações do movimento migratório para o Estado do Acre no período da década de 1980 a 200042
Quadro II: Idade média dos imigrantes peruanos que chegaram ao Estado do Acre (1980 – 2000)42
Quadro III: Fatores da imigração peruana no Estado do Acre (1980 – 2000)44
Gráfico I: Estado civil dos Imigrantes Peruanos (1980-2000)43
Gráfico II: Ocupação dos Imigrantes Peruanos (1980-2000)43

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Esclarecimento aos entrevistados	61
Apêndice 2: Modelo do questionário aplicado nas entrevistas	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: DESTAQUE PARA A IMIGRAÇÃO DE POPULAÇÕES PERUANAS PARA O BRASIL/ACRE.....	12
1.1 O fenômeno das imigrações internacionais na América Latina nos séculos XIX e XX	12
1.2 O Brasil como centro atrativo de imigrações de populações peruanas	15
1.3 A instabilidade política do Peru e o crescimento de imigrações internacionais	19
2. A HISTÓRIA DO ACRE: FATORES ATRATIVOS DE ONDAS MIGRATÓRIAS PERUANAS E ENTRAVES LEGISLATIVOS E BUROCRÁTICOS.....	32
2.1 A História do Acre	32
2.2 A conjuntura histórica do Acre atrativa às imigrações peruanas	35
2.3 Entraves Legislativos relacionados à imigração peruana	37
3. OS IMIGRANTES PERUANOS NA CIDADE DE RIO BRANCO/ACRE.....	41
3.1 Principais dificuldades encontradas pelos imigrantes peruanos na cidade de rio branco.....	41
3.2 Formas de resistências dos imigrantes peruanos em Rio Branco.....	49
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES	60

INTRODUÇÃO

Os estudos das imigrações internacionais recentes vêm ganhando destaque como característica do mundo contemporâneo, constituindo um dos maiores desafios desse milênio. O fenômeno imigração, alimentado pela esperança de uma vida melhor, é marcado pelo encontro e desencontro, pela atração e rejeição e acima de tudo pelo sucesso e frustração. Cada imigrante que deixa sua família, sua terra e seus amigos, está disposto a enfrentar as incertezas que permeiam o processo de deslocamento. A vivência desta experiência é contada e relatada pelos imigrantes peruanos que abandonaram sua cidade natal e posteriormente seu país no ano de 1980, a maioria se deslocando para a cidade de Rio Branco/Acre em busca de melhores condições de vida, incluindo ampliar os estudos, obter um trabalho mais qualificado e, acima de tudo encontrar mais segurança. Naquele período o Peru passava por momentos difíceis, marcado por um regime político violento que atingia a grande maioria da população. Assim centenas de famílias se deslocavam todo ano para outros países de América latina, sendo que o Brasil era considerado, na época, o mais promissor.

A idéia de colocar no papel esta experiência dos imigrantes peruanos crescia à medida que se verificava como é desconhecida a imigração das populações peruanas para o Brasil, especificamente para o Acre, a fronteira brasileira mais próxima do Peru. Esta dissertação é, portanto, fruto de uma reflexão sobre a experiência vivida pelos imigrantes no Acre. O objetivo principal é o de reconstruir a trajetória dessa experiência, uma história de luta contínua, cheia de esperança, de criatividade e sonhos, porque ser imigrante é acima de tudo preservar a capacidade de sonhar.

As publicações sobre a imigração peruana para o Brasil são escassas. Pesquisando no site virtual da biblioteca da maior universidade do Brasil, a USP, verificamos a ausência do enfoque histórico de imigração peruana para o Brasil, na perspectiva de estudos que identificam experiências que envolvem o cotidiano desses imigrantes. Por esse motivo, a leitura inicial para compreender o fenômeno imigração está ancorada nas obras de Boris Fausto, e entre estas destacamos: *Fazer a América*. Essa obra é considerada um estudo clássico, uma vez que analisa várias experiências migratórias direcionadas para o Brasil, oriundas da Europa e de

países latino americanos. O referido autor apresenta uma abordagem abrangente do fenômeno imigração, e acima de tudo lhe conferiu um sentido histórico, identificando os estímulos externos que atraíram os imigrantes latinos para outros países, além de se preocupar em caracterizar as realidades políticas, econômicas e culturais de uma América Latina marcada pelas ditaduras e pelos movimentos de esquerda que tentavam instalar um sistema socialista no continente. Boris Fausto analisa a imigração para a América no século XX, como um *fenômeno social*, e como tal identifica fatores históricos próprios desse contexto: Primeira e Segunda Guerra Mundial, expansão da urbanização, início da industrialização, entre outros. A visão histórica da obra do referido autor levou-o não só a analisar o fenômeno imigração na dimensão micro, de experiências específicas de algumas etnias, mas também numa dimensão macro, envolvendo as interações existentes entre os aspectos econômicos, políticos e culturais que explicam uma conjuntura internacional que força a expulsão do imigrante da sua terra, e os atraem em direção a outro país.

Outros autores que contribuíram para a compreensão teórica do fenômeno de imigração foram Hall (2003), Bonassi (2000), Silva (2008), Neto e Ferreira (2005), entre outros.

A metodologia utilizada nesse trabalho concentra-se na análise de dados qualitativos, tais como: depoimentos, relatos, correspondências, documentos oficiais do serviço de imigração localizado no Estado do Acre. O material levantado para a pesquisa resultou da minha vivência como imigrante em terras brasileiras, ao compartilhar a dura experiência vivida, numa relação próxima de amizade e solidariedade, pautada na descoberta da imigração como uma nova forma de viver. Foram realizadas várias entrevistas com imigrantes que chegaram ao Acre na década de 1980 a 2000. Citei em algumas partes do trabalho depoimentos desses imigrantes peruanos, com nomes fictícios, estratégia utilizada devido ao medo da deportação que alguns imigrantes tinham ao serem entrevistados, o que os deixava com medo de falar sobre suas experiências.

No primeiro capítulo apresento uma reflexão conceitual sobre as imigrações internacionais ocorridas nos séculos XIX e XX, na América Latina, destacando a experiência do Peru. É apresentado um breve histórico da instabilidade política sofrida pelo Peru com a presença das constantes ditaduras militares, que empobreceu o país e deixou uma elevada estatística de violência e morte, além de uma das mais injustas distribuições de renda do continente americano, uma das causas que motivou centenas de milhares de pessoas a migrarem do país.

No segundo capítulo foi realizado um estudo sobre a História do Acre, desde a sua inclusão ao território brasileiro, como também a abordagem da sua força atrativa como pólo de migrações dos povos das áreas fronteiriças. Também é abordada a questão da legislação imigratória no Brasil, estabelecendo um recorte na Lei no. 6.815/80, que normatiza o Estatuto do Estrangeiro, promulgada durante a ditadura militar e que encontra-se em vigor até a presente data. No contexto atual da globalização, tal Lei revela-se anacrônica e até mesmo inconstitucional, segundo os princípios consagrados da Constituição Federal de 1988. Os depoimentos e as entrevistas dos imigrantes mostram como a situação dos ilegais se perpetua por causa dos entraves da lei e da burocracia. Um estrangeiro em situação ilegal encontra-se, por força da Lei, excluído do reconhecimento da comunidade nacional, ele não existe oficialmente e tal fato também gera explorações nas relações trabalhistas por parte das populações brasileiras. Destaco ainda a morosa tramitação dos documentos, fazendo com que os imigrantes permaneçam, por anos, presos nas malhas da burocracia.

No terceiro capítulo é apresentada a realidade do cotidiano dos imigrantes peruanos na cidade de Rio Branco, destacando o drama dos ilegais, impossibilitados de voltar para sua pátria e forçados a viver na ilegalidade. Sujeitos à exploração e aos abusos no trabalho, vivem todo dia o medo de serem denunciados por alguém à Polícia Federal e sofrer a humilhação da deportação.

1. IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: DESTAQUE PARA A IMIGRAÇÃO DE POPULAÇÕES PERUANAS PARA O BRASIL/ACRE

1.1 O fenômeno das imigrações internacionais na América Latina nos séculos XIX e XX

O movimento de migrações internacionais no continente latino americano apresenta-se complexo, com experiências semelhantes e distintas, que cruzam a geografia de norte a sul e de leste a oeste, no interior de cada país, dentro do próprio continente e também fora do mesmo, especialmente para os países mais desenvolvidos. No entanto, não se pode ignorar que as migrações latino-americanas fazem parte do complexo fenômeno migratório internacional, que atingiu dimensões mundiais, afetando países pobres e ricos, e estabelecendo conflitos das mais diferentes dimensões.

Os desequilíbrios econômicos internacionais, a pobreza e a degradação ambiental, associados à violação dos direitos humanos e dos distintos graus de desenvolvimento das instituições jurídicas e democráticas, são apontados como os motores principais das migrações internacionais. A questão dos direitos humanos é tão indissoluvelmente ligada à questão do êxodo forçado, que é impossível examinar uma questão sem falar da outra. A globalização propicia condições para maior mobilidade no mundo, superando as limitações impostas pelas fronteiras políticas dos Estados.

A globalização, obviamente, não é um fenômeno novo. Sua história coincide com era da exploração e da conquista européias e com a formação dos mercados capitalistas mundiais. As primeiras fases da dita história global foram sustentadas pela tensão entre esses pólos de conflito – a heterogeneidade do mercado global é a força centrípeta do Estado-nação –, constituindo, juntas, um dos ritmos fundamentais dos primeiros sistemas capitalistas mundiais (HALL, 2003, p.35).

Segundo Bonassi (2000, p.25), a Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, “estimou em mais de 125 milhões o número de migrantes, dos quais a metade encontra-se em países em desenvolvimento”. Os avanços tecnológicos na comunicação e nos transportes

transformam o mundo, universalizando os mercados, provocando a busca de mão de obra barata, estimulando o aumento das migrações em todas as direções.

Dessa forma, as populações se deslocam motivadas pelo equilíbrio da demanda e da oferta da economia. No entanto, a globalização envolve tanto fatores econômicos como culturais que causam mudanças nos padrões de produção, consumo e outras formas de demandas em termos de bens e serviços, porém segundo SILVA (2008, p.21):

A globalização (...) produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

Em termos de migração internacional, porque as pessoas migram? De acordo com Herbert S. Klein, existem vários fatores de expulsão ou de atração, e a grande maioria não deseja abandonar suas comunidades. A migração começa quando a maioria das pessoas não tem como sustentar a si ou aos seus filhos.

Uma vez que as condições econômicas constituem o fator da expulsão mais importante, é essencial saber por que mudam as condições e quais são os fatores responsáveis pelo agravamento da situação crítica que afeta a capacidade potencial dos emigrantes de enfrentá-la. Nesta fórmula, três fatores são dominantes: o primeiro é o acesso a terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisa ser mantida. (KLEIN, Apud FAUSTO, 2000, p.14)

Pode-se afirmar que o fator econômico influenciou as primeiras migrações da Europa Ocidental para as Américas, em meados do século XIX; fatores como a perda das terras dos camponeses europeus e o crescimento demográfico fizeram com que esses contingentes humanos emigrassem para o novo mundo.

Entretanto, esta condição de cunho meramente econômico não reflete a realidade da imigração peruana para o Brasil, ocorrida no final do século XX. O mesmo autor assinala que há casos de migração em que “num numero menor de casos” as pessoas são perseguidas por sua nacionalidade ou credo religioso, como as minorias dentro de uma cultura nacional maior, da mesma forma que as pessoas migram também por questões de ordem religiosa (FAUSTO, 2000 p.13). Porém podemos afirmar que no caso peruano a ordem é totalmente inversa: uma minoria

migra por fatores econômicos e grande maioria por questões ligadas à intolerância política/social, notadamente no período de 1980 a 2000. No entanto nas entrevistas realizadas o imigrante peruano não manifesta abertamente de que o fator da imigração fora a violência política que assolou o Peru, por sentir temor de ser vinculado de alguma forma aos acontecimentos de violência e sofrer alguma represália de parte dos órgãos de imigração.

De um lado, temos a crise de teorias migratórias inspiradas no economicismo liberal ou no economicismo estruturalista, que tanto desconhecem a violência como fator migratório quanto ignoram que o espaço migratório é um espaço político, de exercício do poder. Mais do que isso, trata-se de um espaço de exercício da violência, violência direta, violência *tout court*. Esta é, quase sempre mais não exclusivamente, uma violência de estado, através da qual opera uma razão de estado. É uma violência que expulsa e força deslocamentos e, portanto mobiliza; mas é também violência que bloqueia, que impede o deslocamento, e, neste sentido, imobiliza. (...), não devemos perder de vista que mobilização forçada e imobilização forçada são duas dimensões da mesma violência (NETO e FERREIRA, 2005, p.272).

Todos esses fatores acima mencionados são as causas que, de alguma forma, dão origem a uma imigração de contingentes humanos que, praticamente, fogem da conturbada condição de vida imposta. Nesse contexto, os imigrantes deixam suas terras, emprego, amigos e famílias.

No caso específico da imigração a partir de 1980, a maior motivação se dá principalmente pela situação insustentável causada pelo confronto entre o grupo subversivo “Sendero Luminoso” e a repressão das Forças Armadas. Como retratado no trecho de Vargas Llosa:

(...) nos Andes centrais, Ayacucho, Huancavelica, Junin, Cerro de Pasco, Apurimac, bem como no altiplano limítrofe com a Bolívia - o departamento de Puno - área dita de pobreza crítica, que era, também, a mais ensanguentada pelo terrorismo e o contra terrorismo, a situação era ainda pior (...) (VARGAS LLOSA, 1994, p. 216).

Nos países da América Latina tem se observado um movimento migratório entre países vizinhos, porém nos relatórios oficiais de cada país, esta mobilidade humana não é considerada como prioridade institucional. O Estado brasileiro não é exceção e apresenta limitações em relação a uma política de imigração, limitações essas que serão avaliadas no segundo capítulo.

1.2 O Brasil como centro atrativo de imigrações de populações peruanas

Antes de avaliar os fatores que provocam a imigração de peruanos para a região norte do Brasil, surge a necessidade de identificar o processo de migração no interior do próprio território peruano, que antecede o deslocamento internacional.

O processo de migração interna no Peru data do início do século XX, período marcado por uma estrutura econômica e social que, na perspectiva de Vargas Llosa, é caracterizada por vestígios aristocráticos, uma vez que a classe latifundiária não conseguiu se transformar em burguesia capitalista. Segundo o referido autor sobreviveram alguns valores de tipo feudais que mantiveram uma separação entre brancos, índios, negros e “amarelos”:

Não é exagero dizer que, quando se radiografa profundamente a sociedade peruana, afastando as formas que os encobrem e que são tão arraigadas que em quase todos os habitantes deste “país antigo” que somos _a antiguidade é sempre forma e ritual, ou seja, dissimulação e ficção, o que aparece é um verdadeiro caldeirão de ódios, ressentimentos e preconceitos, em que o branco despreza o índio e o negro, o índio despreza o negro e o branco, e o negro despreza o branco e o índio, e onde cada peruano, posicionado em seu pequeno segmento social, étnico, racial e econômico, afirma-se a si mesmo desprezando o que imagina estar abaixo de si e voltando seu rancor invejoso para o que sente como estando acima de si. (VARGAS LLOSA, 1994, p. 492).

Desta forma se expressa o mosaico peruano, marcado por um povo com características pluriculturais, plurilíngües, com uma economia de autarquia na serra central e uma economia capitalista insipiente na costa.

Dentre as causas da imigração peruana, podemos destacar não só a intolerância político militar, mas também a crise econômica, social e cultural. Assim, podemos compreender a difícil decisão de pessoas que diante do quadro inseguro do Peru resolvem abandonar familiares e amigos de infância, para percorrer quilômetros através do desconhecido, enfrentando dificuldades de toda ordem, seja econômica, religiosa, social, política, climática, de alimentação e até de comunicação.

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são,

irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas*. (HALL, 2006, p.88-89).

A dinâmica das migrações para o exterior deve ser entendida como reflexo de crises políticas e econômicas vivenciadas por um país. Sendo assim, no que se refere ao maior êxodo de peruanos para o exterior, contamos com um saldo de migrantes de mais de 10% da população do país. Por outro lado, devemos mencionar também que no período do governo do presidente Alan Garcia (julho de 1985 a julho de 1990), marcado por instabilidade, pela violência política e o desastre da economia que resultou em uma inflação acumulada de 2.000% ao ano e com a queda do PIB de aproximadamente 14%, é neste período que se observa o maior fluxo de peruanos para o exterior:

Respecto a las tendencias migratorias en los últimos años, se ha podido identificar que en la primera mitad del siglo XX el Perú era un receptor de inmigrantes; sin embargo, con el desarrollo de otros países y las crisis dentro del país, esta situación se ha revertido siendo actualmente el Peru un país del cual emigran aproximadamente 1,000 habitantes diarios (SALAH, IVARGAS, 2008, p.276).

A soma de vários fatores incentiva a onda migratória de preferência para o Brasil. A mobilidade humana de imigrantes em sua maioria não encontra espaço na agenda das políticas nacionais, o que apenas se focaliza ou se discute no âmbito das próprias fronteiras; é quando o imigrante é considerado um “problema” para o país anfitrião.

O tema “fronteira”¹ é tratado pelo Estado quase sempre na ótica do combate às drogas e contrabando. Portanto, em sua maioria, estes movimentos migratórios são pouco compreendidos como um movimento que tem causas sociais. Os imigrantes, na maior parte das vezes, são utilizados como mão de obra barata, e quando não tem qualificação nenhuma acabam fazendo trabalhos considerados indesejáveis pelos cidadãos do país anfitrião.

¹ A visão de fora precisa ser suplementada por outra, de dentro, destacando a experiência de cruzar as fronteiras entre “nós” e “eles”, e encontrar a Alteridade com “a” maiúsculo. Tratamos aqui dos limites simbólicos entre comunidades imaginadas, limites que resistem aos mapeamentos. De qualquer forma, os historiadores não podem se dar ao luxo de esquecer sua existência.

Outra distinção útil se refere às funções das fronteiras culturais. Historiadores e geógrafos costumam vê-las basicamente como barreiras. Hoje, por outro lado a ênfase tende a cair nas fronteiras como lugares de encontro ou “zona de contato”. Ambas as concepções tem seus usos. (Peter Burke, o que é HISTORIA CULTURAL? 2005, p.152-153).

É difícil captar com precisão os motivos da emigração de peruanos para o Brasil e especificamente para o Acre, pois os mesmos têm receio de abordar esse assunto, pelo horror da possibilidade de serem identificados como simpatizantes ou apoiadores do processo de intolerância política que abalou a sociedade peruana. Isto se torna um empecilho para uma possível asserção das motivações de abandonar seu país de origem.

Além disso, as razões da emigração [...] são diversas das que ditaram a resolução individual de milhões de famílias no período de imigração em massa. Em regra, eles não emigraram premidos por sua condição econômica, mas pela sensibilidade diante de mudanças sociais e políticas. (FAUSTO 1997 p. 43)

O Brasil não se caracterizou, até a primeira metade do século XX, como importante receptor das migrações latino-americanas, assim como os brasileiros não tinham a tradição de migrarem para países da região. Essas migrações entre as fronteiras latino-americanas se tornam mais frequentes a partir da década de 1950, motivadas pela violência dos regimes militares.

Já a década de 80 é conhecida no Brasil como a década de reduzido crescimento sob o ponto de vista econômico. Entretanto, esse mesmo período também é lembrado pelas conquistas democráticas, como consequência das lutas sociais que encerram o período da ditadura, inaugurando um novo momento histórico. O processo de redemocratização foi acompanhado por um intenso endividamento externo e o aprofundamento das dificuldades para a formulação de políticas econômicas.

A crise econômica internacional da última década evidenciou o declínio do chamado “milagre econômico” brasileiro e fez com que a década de 80 fosse iniciada com uma aguda crise econômica, política e social que pressionou a abertura política do sistema militar, autoritário e repressivo que ocupou o poder nacional até 1984 (SPOSATI, 1995, p.15).

Diante da possibilidade de um colapso financeiro impõe-se o discurso da necessidade de planos de estabilização econômica. Nesse contexto, a agenda política foi pautada pela reafirmação das liberdades democráticas, dos direitos sociais, soberania nacional, direitos trabalhistas e reformas agrárias (BEHRING, 2008, p.138).

Esta transição democrática brasileira tem uma diferença substancial em relação às ocorridas nas outras nações da América Latina, por um elemento fundamental: as mudanças estruturais causadas pela industrialização e a urbanização, criam condições para o surgimento de um movimento operário e popular novo, como se fosse uma nova fundação da esquerda brasileira. Tal condição se reflete na elaboração da constituição de 1988, marcada por um processo de contradições de projetos e interesses, que mereceu ser chamada de “constituição cidadã”, por contemplar avanços em alguns aspectos de direitos sociais, destacando a seguridade social, os direitos humanos e políticos. No entanto, contraditoriamente, mantém traços conservadores na busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil. (BEHRING, 2008, p.141)

O divisor de águas no Brasil chega ao limite na primeira disputa presidencial direta em 1989, com as candidaturas ancoradas em projetos antagônicos de Lula e Collor, expressando tensões entre segmentos sociais e setores insatisfeitos. Vence no segundo turno o projeto neoliberal representado por Fernando Collor de Melo.

A grande novidade de todo esse processo é que a crise econômica favoreceu a articulação popular dos movimentos sociais ampliando os direitos cidadãos nesse contexto. No entanto, medidas econômicas de impacto duvidoso acabam provocando uma instabilidade econômica e política no Brasil, que culmina no processo de impeachment do presidente Collor. O vice-presidente Itamar Franco assume o mandato e dá continuidade à abertura do mercado e às privatizações, que colocam em risco a continuidade de um projeto industrial nacional, pela penetração de capital estrangeiro em setores estratégicos, especialmente nas comunicações.

Segundo Diplomacia Estratégia Política (DEP, 2009, p.84), o país avançou, reagindo ao curso de abertura irrestrita e ilimitada ao empreendimento estrangeiro. Já no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, essa abertura econômica alcançou um ritmo acelerado, denominado era da “globalização assimétrica”. No entanto, a era Cardoso consegue um grande feito, ao controlar o ciclo de inflação e a alta instabilidade econômica e monetária através do Plano Real.

A estabilidade política do país e a nova filosofia política e econômica, afirmando a internacionalização da economia, permite que o país alcance uma tranquilidade econômica. Os investimentos brasileiros no exterior constituem-se em empresas transnacionais com investimento principalmente na América do Sul, criando e negociando com todos os governos e entidades. A inserção internacional

do capital de empresas brasileiras reafirma a sua nova vocação industrial embora persistam as atividades agrícolas do país, universalizando a presença dos produtos brasileiros.

O aspecto positivo que torna o Brasil um pólo de atração para imigrantes da America Espanhola é a relação e interação do Brasil com seus vizinhos, seja através de várias iniciativas de integração com o MERCOSUL, UNASUL, Grupo do Rio e a Cúpula da America Latina e Caribe, usando esse grande mercado para integração econômica do continente; formando vários níveis de cooperação. Do ponto de vista político, a política externa do Brasil tem desempenhado um papel importante no processo alavancador das relações internacionais (DEP, 2009, p.21-22-23).

Esta breve retrospectiva da história do Brasil nos permite compreender a natureza da estabilidade do projeto político e econômico do Brasil em relação à América do Sul, durante as últimas décadas. Desse modo, o Brasil se constitui num país que atrai imigrantes de todo o hemisfério, principalmente de seus vizinhos latino-americanos. Entre eles podemos ressaltar os imigrantes peruanos que transpõem as fronteiras, seja por motivos de intolerância política ou simplesmente para “melhorar a vida”.

1.3 A instabilidade política do Peru e o crescimento de imigrações internacionais

A história do Peru como nação é carregada de conflitos e guerras desde o Império Inca até os dias atuais e a disputa pela terra tem sido o motivo maior dos conflitos. Os antecedentes históricos do controle das terras pelos latifundiários de descendência espanhola datam desde a conquista do Império Inca pela Coroa Espanhola. A ocupação da terra pelos espanhóis, antes controlada pelas populações nativas americanas, constitui uma parte dos genocídios ocorrido nas Américas, conforme “alguns cálculos prudentes não inferior a dez milhões, há quem faça subir para 12 e 15 milhões de indígenas” (MARIÁTEGUI, 2008, p.61).

A colonização e sua organização política e econômica além de exterminar grande parte da população nativa, também implantou um regime de exploração brutal nas minas de ouro e prata, com trabalhos forçados e gratuitos chamados *obrajes*², reduzindo assim a um estado de servidão e escravidão os aborígenes.

² Obraje - instalações para manufaturas diversas com trabalho servil indígena

Nesse contexto, surgiram algumas vozes humanitárias em defesa dos índios, como o padre Bartolomé de Las Casas, que inspirou a defesa dos nativos através da Lei das Índias e reconheceu seu caráter típico de “comunidades”. Luta infrutífera, pois o colonialismo destruiu a sociedade e a economia incaicas, sem substituí-las por uma ordem capaz de organizar a produção, limitando-se à exploração de minérios e dizimando os indígenas no seu habitat natural, a cordilheira dos Andes.

Com a dizimação dos nativos pela fome, guerra e doenças, a mão de obra se torna cada vez mais escassa. Esse problema foi contornado pelo Estado espanhol, com a importação de escravos africanos. Porém os escravos africanos tiveram dificuldades em se adaptar ao trabalho das minas na serrania fria e hostil, provocando uma elevada mortalidade. Dessa forma, foram submetidos a outros tipos de trabalho escravo, como o doméstico, ofícios, na lavoura, entre outros.

A independência do Peru, como dos outros países de população de maioria indígena, não se constitui como um movimento indigenista; pelo contrário, foi promovida pelos chamados *criollos* (espanhóis nascidos nas colônias). Porém o movimento aproveitou o apoio da massa indígena e de alguns índios mestiços.

Protagonizando um papel importante na revolução, a redenção do índio estava dentro do programa liberal e de seus postulados igualitários. A revolução era também inspirada nos preceitos e princípios da Revolução Francesa; assim, entre os primeiros atos da república constam leis e decretos favoráveis aos índios, como as divisões das terras, abolições dos trabalhos gratuitos, etc. porém estas disposições ficaram somente na escrita. Essa revolução republicana não teve uma nova classe dirigente burguesa como ocorreu na Revolução Francesa. A própria elite agrária e de proprietários das minas liderou o movimento de independência do domínio espanhol. Logo seus interesses políticos revelaram que estavam acima de medidas de cunho mais revolucionário em relação aos direitos das populações nativas.

A aristocracia latifundiária, dona do poder, conservou intacto os direitos coloniais sobre a terra e, conseqüentemente, sobre a população indígena. Todos os esforços, aparentemente para proteger o índio, nada puderam fazer contra o predomínio da grande proprietário de terra que subsiste até os dias de hoje. Não houve vontade política de aplicar um projeto, durante todo o contexto da República, que defendesse os povos indígenas, pelo contrário, os diferentes regimes republicanos foram responsáveis pela persistência da miséria e atraso dos indígenas, agravando sua opressão. Dessa forma, a independência do Peru

significou para os índios apenas a troca da dominação de uma nova elite, que se apropria novamente de suas terras (MARIÁTEGUI, 2008, p.62-63).

O povo indígena com alma e costumes agrários é despojado material e moralmente de seu alicerce, a terra. Desse modo, o indígena se sente privado de tudo. O proprietário de terras *criollo* e republicano foi tão duro e cruel como o proprietário espanhol, dando seqüência à exploração do índio que não diminuiu sobre a nova república.

Todos os levantes e revoltas dos índios ocorridos após a instalação da República foram esmagados violentamente, as suas reivindicações sempre foram sufocadas pela força. O novo regime da república não só restaurou como reforçou as diferentes formas de servidão bem como a escravidão do povo indígena, em suas diferentes modalidades. A república ampliou a letargia e a submissão do índio. A causa da libertação dos índios se converteu, sob a república, no discurso demagógico de alguns caudilhos, sem efeitos práticos, o que causou entre os autóctones a diminuição da vontade de lutar por suas próprias reivindicações. Por outro lado, outros apresentam uma nova maneira de reagir. A dificuldade para organizar-se legitimamente e fazer valer suas reivindicações por meio institucionais incentivou as populações indígenas buscar apoio por canais clandestinos e a violência passou a constituir, para eles, a única forma de eliminar a exclusão política e transformar a ordem social (DEP, 2009, 179).

Na cordilheira dos Andes, habitada principalmente pelos índios subsiste a “servidão” na sua forma mais violenta de exploração, onde a propriedade da terra é toda controlada pelos brancos, de descendência européia e a raça indígena é jogada no grau extremo de opressão e ignorância. Na serra peruana ainda persiste uma agricultura trabalhada de forma muito primitiva, porém essa atividade compartilha com a presença de outra atividade econômica muito mais interessante do que a agricultura: a mineração, explorada por empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses.

Com a exploração das minas, inicia-se o trabalho assalariado da mão de obra indígena, em detrimento da agricultura. Porém, o salário é muito baixo, os direitos civis são quase inexistentes e a lei trabalhista constantemente burlada; a mineração escraviza o operário indígena por meio de antecipações salariais que o prende ao trabalho. Mas os índios preferem trabalhar em empresas capitalistas de mineração,

uma vez que consideram, mais miserável ainda, trabalhar no sistema agrário que persiste em práticas de “servidão”.

Com o surgimento da revolução socialista (1917) no leste europeu e as suas repercussões no continente latino-americano, surge no Peru uma nova geração de revolucionários que defende a idéia de que o progresso do Peru será real quando a riqueza do país for compartilhada com o bem estar de toda a população peruana, principalmente indígena e camponesa. Esse movimento repercutiu em todas as áreas, seja na arte ou literatura nacional provocando uma revalorização de formas e assuntos autóctones, antes desprezados pelo domínio e mentalidades coloniais espanholas.

Surge a literatura indigenista, caracterizada por temas relacionados aos interesses dessa população, revelando que os próprios índios dão sinais de uma nova consciência. No entanto, percebe-se o crescimento da articulação e comunicação de grupos indigenistas, inicialmente patrocinados pelo governo de alguns caudilhos que fazem de suas reivindicações um falso programa revolucionário, que exclui e desnaturaliza os elementos avançados e politizados do índio, promulgando medidas que não afetam os interesses próprios e que resultam em ações ineficazes para os indígenas, de tal forma escamoteando o problema principal: o problema da terra.

Para alguns defensores da causa indígena, a superação da condição miserável do índio tem que passar por uma revolução social com soluções pensadas e articuladas pelos próprios indígenas. Esta concepção histórica leva a um grande feito: a realização dos congressos indígenas que em grande medida contribuíram para uma organização incipiente e despertou uma nova consciência no nativo, mesmo que ele ainda se considere incapaz de decidir seu futuro histórico.

A luta pela independência aprofundou a crise econômica do Peru, principalmente no campo. A exploração mineira de ouro e prata ficou paralisada no fim do século XVIII e início do XIX, em consequência das guerras da independência. Isto causou uma crise econômica que acaba atingindo fortemente as economias do interior do país. As fazendas dos espanhóis foram confiscadas, ocorrendo o mesmo com as propriedades de algumas ordens religiosas. Muitas delas foram saqueadas para alimentar ambos os exércitos, patriotas e realistas, resultando na agonia da produção agrária, gerando uma forte crise econômica e a consequente redução das receitas fiscais.

Em 1840 em plena crise econômica se “redescobre” a exploração do guano e do salitre nas ilhas do Pacífico Sul para o uso da agricultura. Trata-se de excrementos de aves marinhas depositados nessas ilhas e utilizados tradicionalmente como fertilizante pelos *incas*. Durante o período colonial esse produto não foi utilizado; porém, após a independência foram redescobertas suas propriedades fertilizantes para o uso na agricultura. Coube ao guano e ao salitre lugar reservado ao ouro e a prata em tempos da colônia. A Espanha queria o Peru como um país produtor de ouro e prata, a Inglaterra o preferiu como produtor do guano e do salitre.

O guano e o salitre permitiram que se iniciasse um período de comércio ativo com a Europa, porém essa relação colocou a economia peruana sob uma nova forma de controle, agora sob o controle do capital britânico, construindo dessa forma uma economia dependente. Essa exploração fortaleceu o poder da costa do Peru, configurando um forte dualismo no país: costa e serra e que constitui um sério problema histórico.

Este novo período da história econômica do Peru, marcado por um forte desenvolvimento capitalista, imprimiu uma fácil exploração desse recurso, que passa a dominar todas as outras manifestações da vida econômica do país. O país sentiu-se rico, o Estado peruano usou seus créditos com o consumo de bens supérfluos, hipotecando seus bens junto a bancos ingleses. Assim, paradoxalmente a nova riqueza obtida, associada à má administração, desperdício e à corrupção instalada na nova república em mãos de caudilhos militares, gerou a permanência da pobreza para a maioria da população peruana, assinaladas pelo escritor José Carlos Mariátegui:

Nos primeiros tempos da independência, a luta de facções e chefes militares aparece como uma conseqüência da falta de uma burguesia orgânica. No Peru, a revolução encontrou, menos definido e mais atrasados que em outros povos hispano-americanos, os elementos de ordem liberal burguesa. Para que essa ordem funcionasse mais ou menos embrionariamente tinha que se constituir uma classe capitalista vigorosa. Enquanto essa classe se organizava, o poder ficou a mercê de caudilhos militares. O governo de Castilla³ marcou a etapa de solidificação de uma classe capitalista. As concessões do estado e os lucros do guano e do salitre criaram um capitalismo e uma burguesia. E essa classe, que logo se organizou no “civilismo”, movimentou-se muito rápido para a conquista do poder. (MARIATEGUI, 2008, P.41).

³ Ramon Castilla, militar peruano, governou o país em dois períodos. Na sua primeira presidência, iniciada em 1845, entregou a comercialização do guano a uma companhia inglesa. Concedeu aos ingleses o direito de construir e explorar a primeira linha férrea do Peru.

A outra face da história da república peruana é marcada pela crise da produção do guano e do salitre e isso se torna visível quando as riquezas naturais começam a se esgotar e os embarques se reduzem drasticamente cancelando vários contratos. O governo busca soluções e estatiza as minas de salitre das províncias de Tarapaca e Arica e o país passa a depender de outros setores da economia.

Assim, a prosperidade que dependia quase que exclusivamente da posse de uma riqueza natural, entra em uma profunda crise, ameaçando o pagamento da dívida externa, gerando o descontentamento com a burocracia estatal e militar.

Além da crise econômica interna, o Estado peruano enfrenta momentos difíceis no contexto político externo. Começa a Guerra do Pacífico, conflito que envolve o Peru e a Bolívia contra o Chile. O Estado chileno declara guerra ao Peru, acusando-o de firmar um tratado secreto com a Bolívia.

O Tratado de Aliança Defensiva, acordo internacional assinado por Peru e Bolívia, em 1873, estava relacionado à exploração de recursos naturais da costa do Pacífico e foi mantido em segredo até 1879. A derrota do Peru foi significativa.

O Chile toma parte do território peruano e boliviano, cortando a saída ao mar da Bolívia, para se apoderar de territórios ricos em salitre.



Figura 1: Mapa destacando as mudanças territoriais após a guerra do Pacífico

FONTE: site <http://pt.wikilingue.com/es/Guerra_do_Pac%C3%ADfico>

O Peru não estava preparado para uma guerra e, em consequência, foram perdidas as províncias salitreiras de Tarapaca e Arica. A agricultura e a mineração estavam praticamente paralisadas.

A economia arruinada foi o pretexto usado para os caudilhos militares voltarem ao poder, conduzindo o país a uma penosa reconstrução nacional, política, econômica e também moral. Esse período é conhecido também como o segundo militarismo.

Após o fim da Guerra do Pacífico, caudilhos militares disputaram o poder entre si. As minas e as fazendas começam a se recuperar adotando um modelo exportador de produtos primários, sob o controle de capitais nacionais associados a estrangeiros. Paralelamente, na costa do país surgem fábricas têxteis, cervejarias, e produtos primários de exportação da serra se destacam como a lã e os minérios.

Além disso, timidamente surgem as manufaturas; no entanto, elas não conseguem se desenvolver, pois como nos velhos tempos surgem as crises de governabilidade, conflitos internos entre civis e militares, que dão origem a uma nova fase de governo denominado de república aristocrática e a pátria nova, que perdura de 1895 a 1930. A economia passa a se organizar sobre bases mais sólidas do que no período do guano e do salitre.

Segundo Mariategui (2008, p.44-45), algumas ações caracterizam esse contexto histórico:

- a- Surgimento da indústria moderna; como consequência desta, a formação de um proletariado industrial;
- b- Aparecimento de bancos nacionais para financiar empresas industriais e comerciais. Nesse período surgem também os bancos estrangeiros;
- c- Aumento do comércio entre Peru, Estados Unidos e Europa;
- d- Gradual superação do poder inglês pelo poder estadunidense como consequência da aproximação entre Peru e Estados Unidos, em decorrência da construção do Canal do Panamá.
- e- Desenvolvimento de uma classe capitalista, deixando de prevalecer como antes a antiga aristocracia, embora o modelo da propriedade agrária seja mantido e conserva seu poder.
- f- A ilusão da borracha, que temporariamente agrega um valor extraordinário à economia, mas como é dependente do mercado externo sofre com a queda do preço e desaparece essa ilusão passageira.

- g- O super lucro do período europeu com a subida dos preços dos produtos peruanos gera o crescimento do capital privado nacional.
- h- A política de empréstimos. O estado peruano recorre a empréstimos no exterior para execução de obras públicas e infra-estrutura, condição alcançada graças ao restabelecimento de crédito do Peru no exterior.

A população peruana, por volta de 1940, começa a demonstrar um crescimento explosivo, superando séculos de déficits demográficos. A capital Lima aumenta em um ritmo superior do que o restante do país, iniciando assim as primeiras levadas de imigração das zonas rurais para a zona da costa. Esta população rural, procurando trabalho, saúde, educação, se estabelece nas partes periféricas da cidade.

Deve-se destacar que no primeiro governo do arquiteto Fernando Belaunde (1962-1968), o poder da chamada oligarquia agro-exportadora peruana entra em conflito com o setor urbano industrial da economia. Como consequência, houve um debilitamento do regime e de suas instituições.

O triunfo da revolução cubana incentivou as guerrilhas dos anos 1963-1964, que levantaram as bandeiras de reforma agrária “terra para quem trabalha”, questionando o antigo domínio das oligarquias e dos proprietários de terra e reivindicando a expropriação das minas localizadas nas serras centrais e dos campos petrolíferos da costa, em poder do capital estrangeiro. No entanto, esse movimento subversivo foi efêmero; porém, deixou marcas importantes na história do movimento político e revolucionário peruano.

Em outubro de 1968, o general Juan Velasco Alvarado dá um golpe de estado, inaugurando assim o chamado “governo revolucionário das forças armadas”. É o fim da incipiente democracia no Peru e o início da ditadura militar que surge como um gesto de intenção nacionalista, apropriando-se de alguma forma das reivindicações socialistas que alentaram as guerrilhas no período de governo de Fernando Belaunde. Constrói-se um programa de governo cuja intenção seria destruir o poder da oligarquia agrária peruana e seus sócios estrangeiros.

O governo militar peruano restabelece relações diplomáticas e comerciais com o bloco socialista europeu e com Cuba. Mais adiante, inicia-se um processo de reforma agrária que atinge as fazendas acima de 150 hectares; também ocorre a estatização das empresas estrangeiras.

Deve-se se destacar também que a ditadura militar havia encontrado a solução sobre o problema da terra: as fazendas se converteram em cooperativas agrárias, houve a nacionalização das instalações petroleiras comandadas pelo capital estrangeiro. Como valorização da cultura indígena o *quéchua* foi declarado idioma oficial no mesmo patamar do espanhol. O ex-reitor da Universidade Nacional Mayor de São Marcos, Manoel Burga, retrata o período:

O governo militar se propôs explicitamente a desenvolver uma revolução socialista, embora os políticos e os intelectuais de esquerda não o admitissem. Depois da reforma agrária, o governo de Velasco promulgou a lei da comunidade industrial, afetando assim quase que igualmente os industriais. Era um programa voltado principalmente para ampliar a cobertura educacional, acabar com o analfabetismo, respeitar a diversidade cultural e desenvolver uma universidade que atendesse as necessidades do país. A crise mundial que se iniciara em 1973, as dificuldades de conseguir empréstimos externos, as crescentes demandas sociais e a redução drástica da arrecadação fiscal colocaram o governo diante de grandes problemas econômicos e sociais. Nessas circunstâncias, em agosto de 1975 ocorreu o golpe militar do general Morales Bermudez, com a intenção de frear o processo econômico de 1968, na realidade desde 1945, instalando-se um processo de restauração da democracia (DEP, 2009, p.196).

Com o golpe militar assume o general Francisco Morales Bermudez e começa a chamada segunda fase do governo militar (1975-1980), com a instalação de uma assembléia constituinte e a aprovação de uma nova constituição com um perfil capitalista liberal, com tendência a um populismo econômico. Verificou-se que a nova ditadura iniciava um processo de contra reforma, desmontando o que fora feito por Velasco Alvarado. Com a nova constituição inicia-se o processo de “devolução do governo aos civis”, e a entrega de terras e outros bens que haviam sido estatizados pelo governo anterior, e a prioridade do governo de Bermudez passa a ser o regresso à democracia.

No entanto, no mês de maio de 1980, no dia das eleições gerais para escolher o novo presidente da república de forma democrática, irrompe no cenário nacional o movimento subversivo⁴ Sendero Luminoso⁵, queimando as urnas

⁴ Movimiento subversivo, que subvierte El orden existente, ya que propaga ideas revolucionarias; sus acciones confirman La doctrina a La vez que señalan las vías del cambio radical. (Robert taber, La guerra de La pulga. 1970, p.14.)

⁵ Movimento revolucionário peruano, de inspiração maoísta, fundado em 1960, na sequência de uma cisão ocorrida no partido comunista. Recorria à luta de guerrilha e ao terrorismo com o objetivo de derrubar o governo e tomar o poder no Peru. A sua atividade fez-se principalmente sentir no mundo rural, que controlavam pela violência e pela intimidação. O líder da organização, conhecido como *Camarada Gonzalo*, foi capturado pela polícia em 1992 e condenado a prisão perpétua. Por essa altura, as atividades do grupo tinham já causado cerca de 25 000 mortes e abalado fortemente a estrutura econômica do país. [http://www.infopedia.pt/\\$sendero-luminoso](http://www.infopedia.pt/$sendero-luminoso)>, 21/12/2010 às 19h10min

eleitorais no departamento de Ayacucho. Começaria a mais sangrenta e cruel revolução jamais vista nos anais da história peruana. A subversão do Sendero Luminoso e, logo após, do Movimento Revolucionário Tupac Amaru deixaram claro o repúdio de parte da população em relação ao autoritarismo do Estado. Ao mesmo tempo, possibilitou que se colocasse em xeque a força pública e fosse aterrorizada a sociedade. Com efeito, a subversão e a repressão das forças armadas provocaram a morte de 70 mil pessoas, em sua maioria camponeses indígenas das montanhas meridionais. (COTLER, 2009).

Neste ambiente de tentativa de redemocratização e início da insurreição armada, vence as eleições o ex-presidente Fernando Belaunde Terry, dando seqüência ao desmonte das reformas de Velasco, iniciadas pelo general Morales Bermudez, começando pela devolução dos jornais e das empresas de rádio e televisão aos seus proprietários. No entanto, a violência subversiva recrudescer nas serranias com a eliminação de autoridades políticas e a reação das forças armadas que tentava a todo custo deter o avanço subversivo. A população campesina, para fugir dos locais de conflito, começa a migrar em direção às capitais, multiplicando a demanda por moradia e a economia informal, desequilibrando o modo de vida tradicional das cidades, invadindo terras e propriedades, gerando assim desequilíbrio econômico e social no país. (DEP, 2009, p.197)

Neste período de 1980 -1985, a inflação se torna incontrolável, a dívida externa avoluma-se, ocorrendo com frequência greves e paralisações dos trabalhadores; movimentos armados são constantes por parte da subversão, o país passa a viver em situação de emergência. As áreas em conflito correspondem a 3/4 do território peruano, tendo sido decretado *estado de sítio*, e o comando político militar estabelece como a missão prioritária derrotar o Sendero Luminoso.

Nesta circunstância, em 1987, assume a presidência da república o representante do partido Aprista, Alan Garcia Peres, período que marcou o cenário nacional e mundial com a repressão dos rebeldes e o conseqüente assassinato e desaparecimento de supostos apoiadores de Sendero Luminoso, culminando como o maior genocídio e morte de prisioneiros nas cadeias do “Fronton” e “Santa Bárbara” (1986). Por outro lado, surpreendendo a bancada nacional e internacional anuncia a estatização do sistema financeiro. Com esta medida, parecia ressuscitar a

heterodoxia das reformas militares; entretanto, logo viriam as conseqüências desastrosas: a evolução descomunal da inflação, escassez de alimentos e redução dos salários. Surgem manifestações contrárias que pregavam uma economia de livre mercado, quando entra em cena o literato peruano Mario Vargas Llosa, difundido idéias neoliberais.

Paralelamente, a guerra subversiva se estende por todo o território nacional e como conseqüência, aumenta o controle das forças armadas que suspendem os direitos civis. Após a conclusão do mandato do presidente Alan Garcia Peres, vence as próximas eleições, um desconhecido ex-reitor da Universidade Nacional de Agronomia, Alberto Fujimori, este derrota o laureado escritor Mario Vargas Llosa nas urnas e assume o governo em 1990. No entanto, Fujimori aplica as políticas neoliberais propostas pelo seu adversário político, reiniciando o pagamento da dívida externa para estimular o investimento estrangeiro, eliminando os subsídios e privatizando as empresas estatais.

Essas medidas foram acompanhadas por uma severa luta anti-subversiva que culmina com um auto golpe de estado em abril de 1992. O Congresso Nacional é fechado, uma constituinte aprova uma nova constituição em 1993, abrindo as portas para as reeleições consecutivas do presidente. Em 2000, Fujimori termina deposto e foge para o Japão. Posteriormente é preso e extraditado, e atualmente é condenado por atrocidades de lesa humanidade contra estudantes e comunidades tradicionais na aplicação da chamada “guerra suja”, como assinala a jornalista Rosana Bonde, segundo dados da Anistia Internacional:

Uma somatória infeliz: 23 a 25 mil mortos; 6.200 desaparecidos (uma grande parte deles executados); 5 mil inocentes detidos e condenados – podem ser detidos a priori como inocentes já que foram sentenciados sem provas e sob julgamento inadequados; 530 mil refugiados (pessoas que foram removidas de suas casas a força pelos os militares e transferidas para outros locais; ou pessoas que tiveram que fugir das zonas de guerras); 9 mil requisitoriados (pessoas “suspeitas de terrorismo” que vivem sob ordem judicial de prisão, a qual pode ser aplicada a qualquer momento sem notificação ou justificativa) (BONDE, 2004, p.349)

Diante deste cenário conflituoso, de 1980 a 2000 ocorre um êxodo massivo, inicialmente do interior do país, das zonas de guerra, para as grandes capitais e posteriormente a imigração para outros países, dentre eles o Brasil.

Assim como assinala o informe final da chamada *Comisión de la Verdad y Reconciliación*(CVR)⁶.

Entre 1980 y el año 2000, el Perú vivió una situación de violencia política sin precedentes que dejó un doloroso saldo de asesinatos, secuestros, desapariciones forzadas, torturas, detenciones injustas, graves crímenes y violaciones a los derechos humanos. Las consecuencias del proceso de violencia se tradujeron en cifras que alarman por su dramatismo. Se estima en más de 30,000 las muertes producidas tanto por acciones terroristas, como por enfrentamientos armados, arrasamiento de pueblos y masacres colectivas. De conformidad con las cifras elaboradas por la Defensoría del Pueblo, 4,236 personas fueron detenidas y posteriormente desaparecidas, presumiblemente por elementos de las fuerzas del orden. Los casos de tortura y maltrato crecieron geométricamente. Cerca de 600 mil personas fueron afectadas directamente a tal punto que se vieron forzadas a abandonar sus hogares, generando un fenómeno de desplazamiento interno que afectó sensiblemente las redes sociales originarias así como los lugares de recepción. Los daños materiales causados por el conflicto son igualmente enormes, aún cuando sólo se tome en cuenta el impacto de la violencia en la infraestructura nacional, pública y privada. Los cálculos conservadores consignan un monto similar a la deuda externa nacional: más de 26 mil millones de dólares(CVR, 2010)

A imigração de populações da América Espanhola para o Brasil, particularmente do Peru, não está documentada adequadamente. Historicamente estes imigrantes não foram devidamente registrados pelo Estado brasileiro, pois a grande maioria migrou de forma irregular a partir do ano 1980, em virtude da crise econômica, política e militar em que mergulha a sociedade peruana. Esses estrangeiros procuram um “porto seguro” para refazer suas vidas. A imigração se torna para as populações peruanas uma forma de conquistar seus direitos de cidadania e garantir para os filhos uma vida mais segura e promissora.

A conjuntura político-militar do Peru naquele momento merece uma abordagem mais profunda para que possamos compreender os fatores que motivaram esses deslocamentos humanos para o estado do Acre. É fundamental identificar o processo de migrações internas por que passaram essas pessoas no próprio território até a imigração internacional.

⁶ CVR, El Gobierno Transitorio presidido por el Dr. Valentín Paniagua creó la Comisión de la Verdad el 4 de junio del 2001 mediante Decreto Supremo N° 065-2001-PCM, la misma que fue ratificada y complementada por el Dr. Alejandro Toledo el 4 de septiembre del mismo año, denominándose finalmente Comisión de la Verdad y Reconciliación (Decreto Supremo N°101-2001-PCM).

La Comisión de la Verdad y Reconciliación se crea como la instancia encargada de esclarecer el proceso, los hechos ocurridos y las responsabilidades correspondientes, no sólo de quienes los ejecutaron sino también de quienes los ordenaron o toleraron, y a su vez proponer iniciativas que afirmen la paz y la reconciliación entre todos los peruanos.

Es importante notar que esta búsqueda de la verdad y deslinde de responsabilidades incluye tanto a las organizaciones terroristas como a los agentes del Estado. El período de investigación que trabajará la Comisión de la Verdad y Reconciliación de acuerdo a su mandato, es desde mayo del año 1980 a noviembre del año 2000. Ello implica que no investigarán hechos ocurridos antes o después de dichas fechas.

A migração interna se dá principalmente no início de 1980, com a mobilidade de populações camponesas que deixam o interior do Peru e se dirigem para as grandes cidades, em função do início da “luta armada” desencadeada pelo grupo subversivo intitulado “Sendero Luminoso” e pela conseqüente repressão do Estado peruano. Tal processo foi motivado pela grande desigualdade da sociedade peruana que conservava uma estrutura injusta herdada do período colonial, com uma burguesia incipiente que mantém suas raízes e seu poder na propriedade da terra e conserva valores tradicionais, baseados em privilégios da fase colonial, assim como assinala o escritor José Carlos Mariategui: “O caráter da propriedade agrária no Peru apresenta-se como uma das maiores travas do próprio desenvolvimento do capitalismo nacional” (MARIATEGUI, 2008, p.109). É muito elevado o percentual de terras de latifundiários que são exploradas por arrendatários grandes ou médios. Este latifundiário não administra sua fazenda de forma a gerar trabalho e renda, ele é totalmente estranho e ausente à agricultura e aos seus problemas, vive da “renda territorial” (proveniente do arrendamento das terras de suas propriedades) sem dar nenhuma contribuição de trabalho para a atividade econômica do país.

2. A HISTÓRIA DO ACRE: FATORES ATRATIVOS DE ONDAS MIGRATÓRIAS PERUANAS E ENTRAVES LEGISLATIVOS E BUROCRÁTICOS

2.1 A História do Acre

Durante a colonização portuguesa, a Amazônia não foi muito explorada, pois os produtos comerciais que mais interessavam era o ouro, a prata, o algodão, o tabaco e o açúcar. Da Amazônia apenas se extraíam as drogas do sertão e posteriormente se descobriu que os índios extraíam o látex das seringueiras para fazer uso doméstico da borracha. Esta se torna interessante para os europeus, principalmente ingleses e franceses, durante o final do século XIX, utilizando-a para fabricação de pneus e outros implementos industriais. A demanda pelo látex provoca a fundação dos primeiros seringais para a exploração da seringa.

O processo de incorporação do território acreano ao Brasil passa primeiramente pela ocupação dessa região pelos imigrantes nordestinos que em 1877, arregimentados por seringalistas, começam a extrair látex na área. Esses brasileiros resistiram às inclemências do clima, ao isolamento geográfico e lutaram ao lado de Plácido de Castro na chamada “Revolução Acreana”, no ano de 1902. O conflito se deu pelo grave litígio de fronteira que existia entre brasileiros e bolivianos.

Na questão econômica, o território do Acre se caracteriza no primeiro momento com a descoberta da borracha o que foi chamado “primeiro surto da borracha no Acre”, finalmente, o Acre foi integrado ao território brasileiro através da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Com esse tratado, o conflito entre bolivianos e acreanos chega ao fim. Bolívia cede o território acreano ao governo brasileiro através do acordo elaborado diplomaticamente pelo Barão do Rio Branco. O acordo assinado pelas autoridades brasileiras e bolivianas, segundo Souza (1995) resolve as seguintes questões fundamentais:

- a) O Acre passa a fazer parte do território brasileiro; são traçados os limites definitivos entre Brasil e Bolívia;
- b) O Brasil indenizaria o Estado boliviano através do pagamento da quantia de dois milhões de libras esterlinas;
- c) O Brasil se compromete a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré que se estenderia desde o porto de Santo Antônio no rio Madeira, indo até

Guajará-mirim (RO) no rio Mamoré, passando por Mato Grosso, chegando à Vila Bela na Bolívia para encontrar os rios Beni e Mamoré. A estrada facilitaria a saída da produção boliviana para o Brasil;

- d) Pela estrada de ferro Madeira-Mamoré e pelo os rios acreanos, transitariam livremente os produtos ou mercadorias bolivianas.

A pendência com a Bolívia havia sido resolvida, porém existia também um conflito de fronteira entre o Estado peruano e Brasil; o Peru exigia delimitação de fronteira e reivindicava como propriedade uma região do vale do Juruá, pois a região era rica em *caucho* (um tipo de látex). Desse modo, havia muitos confrontos entre os caucheiros e seringueiros acreanos e esses conflitos levaram o governo peruano a tentar ocupar a região e explorar a riqueza existente nela.

Mais uma vez a diplomacia brasileira, encabeçada pelo ministro Barão do Rio Branco, convence o governo peruano a demarcar as fronteiras. O processo se conclui com a assinatura do acordo de paz com o Peru, em 12 de junho de 1904. O acordo final, chamado tratado Brasil/Peru é finalizado em 08 de setembro de 1909, pelo qual o governo peruano abandona a região acreana, ficando apenas com áreas que eram ocupados por peruanos. Esse acordo resolve definitivamente os limites fronteiriços do Acre com os países vizinhos do Brasil.

Concomitantemente às demarcações territoriais, se aprofunda a colonização, os “coronéis de barranco” estimulam cada vez mais a migração nordestina para o Acre, possibilitando que a borracha acreana rendesse lucros significativos para o Brasil:

O governo brasileiro administrando o Acre conseguiu em apenas 8 anos, de 1903 a 1911, uma renda de Rs 55.446.015,185 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinze réis e cento e oitenta e cinco centavos). O Brasil conseguiu em 8 anos recuperar o dinheiro gasto na anexação do Acre, com os impostos cobrados da produção de borracha (SOUZA, 1995, p.83).

O primeiro surto da borracha chega ao fim quando os ingleses resolvem investir no plantio da seringa nas suas colônias, principalmente na Malásia, onde o plantio, a exploração e a coleta se tornavam mais baratos que nos seringais da Amazônia, pois os ingleses cultivam as seringueiras aplicando técnicas modernas em toda a cadeia produtiva. Essa iniciativa dos ingleses quebra o monopólio da borracha produzida na Amazônia brasileira.

Como resultado dessa crise, muitos seringais abriram falência e foram abandonados; alguns seringueiros voltaram para seu lugar de origem e os que ficaram foram trabalhar na agricultura, surgindo desta forma uma agricultura incipiente de subsistência. A castanha e a madeira passam a ser os produtos de exportação.

Neste processo de crises, é deflagrada a segunda Guerra Mundial, entre 1938 e 1945. Esse conflito de dimensões mundiais possibilita que ocorra no Brasil o “segundo surto da borracha”. O Brasil fornece látex para os Estados Unidos, Inglaterra e França. Ressurgem os grandes seringais, produzindo e exportando látex novamente. O Brasil assina vários acordos para fornecer e atender os interesses dos Estados Unidos. Com o fim da guerra em 1945, entra em crise novamente a produção de borracha, conseqüentemente começa o declínio desta atividade, gerando enormes perdas e novamente o abandono dos seringais. No Acre, ainda hoje encontramos alguns ex-seringueiros que vivem nas cidades com uma aposentadoria paga pelo governo federal.

Com a decadência da produção da borracha se altera o quadro ocupacional, e seringais que surgiram no auge da borracha entram em colapso, iniciando um novo período com a venda dos seringais falidos para novos pecuaristas e fazendeiros proprietários de terras no Sul do Brasil, chamados de sulistas. Essa nova ocupação é promovida inicialmente pelo governo militar. Durante o mandato do presidente João Goulart, várias empresas ocupam o espaço dos falidos seringalistas, com planos de explorar a Amazônia. A partir de 1971 é implantado o chamado Plano de Desenvolvimento para Amazônia, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Implantam-se as primeiras grandes fazendas de gado compradas por empresários do centro-sul do Brasil. Começam novos conflitos: os fazendeiros “paulistas” tentam expulsar pela força a população remanescente dos seringais para expandir as terras da criação de gado; por outro lado, as populações tradicionais se negam a abandonar suas terras e tentam como podem, defender as florestas. Os que não conseguem suportar as pressões acabam migrando para a capital, Rio Branco.

Deve-se ressaltar que hoje ainda continua o trabalho extrativista, principalmente da borracha, garantido por uma política de preços aplicada e subsidiada pelo governo estadual para preservar o seringueiro no seringal. Foram criadas reservas extrativistas, para coleta de vários produtos, como sementes para a indústria cosmética e a castanha para exportação. As atividades agrárias não são

suficientemente desenvolvidas, atendendo apenas o mercado local, porém a atividade da pecuária cresce sensivelmente, juntamente com a exploração da madeira. Atualmente, o Acre valoriza e tenta aplicar uma política de auto-sustentabilidade, preservando a floresta e seus povos tradicionais, incentivando a pecuária e a exportação de madeira sob controle dos órgãos do estado.

2.2 A conjuntura histórica do Acre atrativa às imigrações peruanas

Para compreender por que os imigrantes peruanos optaram por se estabelecer no Estado do Acre, torna-se necessária uma revisão breve das suas condições históricas e geográficas no contexto nacional. O Acre se localiza no extremo ocidente do Brasil, no sudoeste da Amazônia e na região Norte do Brasil, limitando com os estados do Amazonas e Rondônia. Em nível internacional o Acre faz fronteira com a Bolívia e o Peru. A linha fronteira entre o Acre e o Peru é de 1.565 quilômetros e com a Bolívia de 618 quilômetros.



Figura 2: Mapa do Brasil evidenciando a localização geográfica do Acre.

Fonte: site <<http://corsini-do-brasil.com/Brasil.htm>>

Rio Branco, a capital, é a maior cidade e a mais populosa do Estado, concentrando mais da metade da população total. Deve-se ressaltar ainda que ela foi uma das primeiras cidades a surgir nas margens do rio Acre. A facilidade de ocupação de novas terras férteis estimulou a migração não apenas de populações brasileiras do norte e nordeste, como também do Peru e da Bolívia.

Recentemente, um novo projeto de mudança amplo e profundo efetivou a reforma política democrática como também a democratização de estruturas do poder de Estado. Gerando como efeito, o fluxo de populações das demais regiões do país, provocando elevadas taxas de crescimento nas regiões Norte do Brasil, com destaque para o Acre.

A região Norte, em especial o Estado do Acre, mesmo sendo uma região com menor desenvolvimento do Brasil, se torna um mercado atrativo aos estrangeiros dos países vizinhos com os quais faz fronteiras, pois o poder da moeda brasileira é mais elevado; assim, diversos produtos de consumo brasileiros entram no mercado acreano com valor bem atrativo. O mercado se torna cada vez mais promissor com grandes oportunidades de se criar empreendimentos. No entanto, a falta de interesse de empresas brasileiras, das regiões mais ricas do país, deixa uma lacuna que acaba possibilitando oportunidades para os vizinhos interessados em fazer seus investimentos no Estado.

Essa imigração dos peruanos para o Brasil, especificamente para o Estado do Acre, se deve à sua proximidade territorial, e também ao fato da região apresentar muitas oportunidades de novos negócios.

Além do mais, a própria modernização dos transportes tem facilitado a imigração de populações peruanas para o Brasil. A distância entre o Peru e o Brasil vêm diminuindo cada vez mais, com a construção da Estrada do Pacífico, que ligará, com 2.603 quilômetros de rodovia, as cidades de Assis Brasil no Acre com os portos peruanos de San Juan de Marcona, Matarani e Ilo no Pacífico. Com isto, uma viagem do Peru ao Brasil, que demorava até uma semana nos anos 80, poderá ser feita em até um dia. Dessa forma, a proximidade geográfica é um fator que tem forte influência para a escolha do território acreano pelas populações migrantes do Peru.

Outro fator de atração que pode ser apontado é o vislumbre por parte do imigrante de oportunidades de trabalho. O Acre é um estado novo, em relação às

outras unidades da federação, e na sua caminhada de consolidação tem necessidade de mão de obra. O imigrante enxerga aí possibilidades de crescer junto com o Estado. De outro lado, a sociedade acriana é diversificada e desde seu começo lidou com imigrantes, sejam os nordestinos, ou depois os fazendeiros gaúchos, ou ainda árabes e japoneses. Neste espectro, o imigrante peruano é mais um dos componentes que tenta se estabelecer apesar das dificuldades.

2.3 Entraves Legislativos relacionados à imigração peruana

Neste estudo identificamos que a discriminação sofrida pelos imigrantes peruanos vem do próprio Estado brasileiro, pois o mesmo apresenta limitações em relação à elaboração de um projeto de política de imigração.

A legislação brasileira, conforme lei nº. 6.815, sancionada em agosto de 1980, se baseia praticamente em políticas de controle com resultados restritivos aos imigrantes. Porém, por pressões da sociedade civil ligada aos imigrantes, inicia-se um processo de reformulação da legislação, respondendo desta forma às convenções internacionais que tratam sobre a defesa dos direitos humanos dos imigrantes.

Existem situações também de contraposição entre soberania nacional e o resguardo dos direitos humanos desses imigrantes, como acontece nas regiões de fronteira do território brasileiro, onde existe uma mobilidade humana.

Esse fenômeno muitas vezes incomoda, pois acaba gerando problemas, particularmente aos que não possuem documentos de permissão para estadia em território brasileiro. Este fato os marginaliza em relação aos outros imigrantes que gozam de situação regular. Entretanto, a discriminação racial, a xenofobia e a exclusão social passam a fazer parte do cotidiano de todos os imigrantes, sendo legalizados ou não. (BONASSI, 2000)

Um estrangeiro em situação ilegal não tem acesso a nenhum tipo de direito, pois ele existe sem existir. Para a lei brasileira se torna regular o imigrante que consiga se enquadrar nos dispositivos legais do país, porém os mesmos são excludentes e discriminatórios. Desse modo se torna quase impossível conseguir a regularização pelos entraves burocráticos e o custo exorbitante do processo legal. No que se refere à lei 6.815/80, segundo Margherita Bonassi:

No contexto atual de globalização e de integração regional, tal lei revela-se anacrônica, incongruente e inconstitucional, portanto precisaria de modificação, segundo os princípios consagrados pela Constituição Federal de 1988. (...) as três leis de anistia concedidas pelos governos brasileiros, em 1981, 1988, e 1998, (...) beneficiaram poucas pessoas (...). Um estrangeiro em situação ilegal encontra-se então, excluído pelo Direito, excluído por um reconhecimento social da comunidade nacional; (...), (BONASSI, 2000, p.21-22).

A grande quantidade de documentos exigida nos processos de solicitação de permanência regular ou de naturalização é assustadora. Além disso, todo o processo tem um alto custo pelas inúmeras taxas e impostos. Isso logicamente exclui pessoas com poucos recursos ou aqueles que por diversos motivos não possuam todos os documentos exigidos. Quem pretende enfrentar essa malha burocrática tem que estar preparado para perder tempo, dinheiro, e lidar com a falta de preparo dos agentes do Estado e até com a imprecisão do texto legislativo.

São palpáveis os diversos entraves legais existentes, que desestimulam os imigrantes, dificultando sua permanência no país, principalmente os sem documentos. Estes, quando se apresentam às instituições do Estado são tratados ou intimidados pela representação oficial do Estado brasileiro que atende os estrangeiros, a Polícia Federal.

Em muitos casos, os *desplazados* se esquivam de uma apresentação oficial nos postos da fronteira brasileira porque, historicamente, a Polícia Federal, com seus agentes de fronteiras, passou a ser identificada como “linha dura” da justiça brasileira. Muitos imigrantes têm horror à possibilidade de terem que se apresentar aos agentes e serem imediatamente deportados, sem ao menos serem ouvidos com maior atenção. Isso se deve também ao fato do governo brasileiro não apresentar nenhuma garantia de permanência para essa categoria migratória. (Revista Estudos Avançados: Dossiê Migrações, nº. 57, 2006, p.192)

Para aqueles que constroem família e tem filhos, a legislação brasileira oferece a possibilidade de permanência e naturalização, passando inicialmente por um processo demorado de investigação, praticamente policial, para comprovar que efetivamente o imigrante estabeleceu laços de matrimônio ou de prole.

Em algumas situações a parceira ou parceiro do imigrante de origem brasileira é submetido a um interrogatório, sendo muitas vezes coagidos a declarar o contrário, pois, segundo a Polícia Federal, o mesmo estaria acobertando um sujeito “que não merece se estabelecer no Brasil” e dessa forma ameaça e intimida o próprio cidadão brasileiro. Assim como relata uma conjugue de um imigrante.

Meu marido ao fazer o pedido de permanência lá na Polícia Federal, após nossa filha nascer, os policiais me perguntaram no mesmo momento se eu era a mãe da criança, respondi que sim, ele sinalizou com a cabeça positivamente, e nos avisou que seríamos procurados a qualquer momento para oficializar o pedido, então se passaram vários meses e ligaram recomendando minha ida até a sede da Polícia Federal no departamento de estrangeira, compareci na hora marcada e lá me esperava um policial que se disse o encarregado do caso de alforria do meu marido, entramos em sala branca pequena bem iluminada, e perguntei o que seria essa história de alforria ele sorriu e respondeu que como o meu marido tem vários estrangeiros loucos para viver no Brasil e capaz de qualquer coisa inclusive mentir e pagar para uma mulher (pobre) que tem um filho e ainda não foi reconhecido pelo pai verdadeiro para conseguir sua permanência aqui no Brasil. Me senti ofendida e retruquei, ele logo disse vamos ao que interessa quero que a senhora me conte tudo desde o momento que conheceu seu esposo até hoje, então relatei tudo, em seguida ele foi fazendo a leitura do que eu havia dito e pedi mais detalhes em alguns pontos que segundo ele estavam sem sentido, pacientemente colaborei, afinal mesmo constrangida e ofendida meu marido esperava seu documento para sair da ilegalidade que tanto o afligia; terminamos, ele me parabenizou com ironia e disse que seu papel era garantir minha segurança e do nosso país. Passado algum tempo meus vizinhos começaram a fazer perguntas se meu marido tinha algum problema na Polícia Federal, pois policiais os procuraram fazendo perguntas, se ele era um bom vizinho e se era casado, quais as características da esposa, se ouviram alguém comentar sobre ele estar envolvido com drogas, nossa, fiquei assustada tanto quanto meus vizinhos, mas não pude demonstrar, afinal o que pensariam e expliquei sua condição de estrangeiro, então; novamente como disse o “agente” me convidaram a comparecer para novos esclarecimentos, e, senhor aí me senti uma bandida da pior espécie; nessa mesma sala o mesmo policial me fez repetir tudo que havia falado no meu primeiro depoimento e batia na mesa e dizia se eu tinha certeza do que falava, tentava confundir e repetia a cada fala que eu poderia complicar minha vida ao ajudar um estrangeiro que não sabia nem por que havia vindo para cá, senti vontade de chorar nunca me senti tão humilhada, mas eu pensei em minha filha, e segurei em determinado momento questionei e disse que o papel dele era me proteger ou não? ele respondeu que sim mas só o faria se eu não estivesse protegendo um estrangeiro que provavelmente seria um bandido no seu país de origem; para mim foi difícil segundo ele; após todos os questionamentos me cumprimentou pediu desculpas e dizendo que foi necessário aquele procedimento, pois tudo indicava que eu estava sendo coagida, mas ele estava satisfeito e que fui muito sincera e não o interpretasse, pois é um mal necessário, foi triste, agora te pergunto onde vou denunciar e quem vai ter interesse em investigar, é somente minha palavra e a dele, mesmo eu sendo brasileira. (relato da esposa de imigrante de Rio Branco/Acre, 2010).

O estrangeiro, mesmo com uma permanência de quinze anos no país, para pedir o processo de naturalização passa por um processo burocrático e demorado, quase sempre marcado por vários entraves. O primeiro deles é a quantidade de documentação exigida e em seguida a tradução de todos aqueles oriundos do país de origem. Normalmente, tais processos demoram em torno de dois anos, quando então o migrante é notificado se falta alguma documentação ou para dar o deferimento do mesmo. Contudo, legalmente existe a possibilidade de estrangeiros,

de qualquer nacionalidade, poder requerer tal benefício, conforme assegura a Constituição Federal: “Capítulo III, DA NACIONALIDADE, Art.12: b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira” (BRASIL, 2002, p.13).

Assim podemos afirmar que o imigrante que enfrenta múltiplas dificuldades alimenta sua resistência e compromisso sentindo-se responsável por seu próprio destino, acima de qualquer lei apesar de ser excluído dela, arca com as consequências daí decorrentes com a possibilidade de renascer, capaz de construir uma visão ampla do mundo. Alguns dão um salto e adquirem e uma autoconfiança inestimável. Outros não. (NETO e FERREIRA, 2005, p.223).

Desta forma o sentimento de sobrevivência estimula o imigrante a se adaptar ao novo, enfrentando os entraves legais ou burocráticos de toda ordem, alguns conseguem a permanência e a muito custo se naturalizar ingressando na legalidade, outros que não tem condições continuam no limbo da ilegalidade.

Por fim, temos a considerar que a mudança na legislação brasileira em relação ao tratamento conferido ao imigrante é fundamental para evitar a permanência das discriminações e dos estereótipos. No entanto, mudanças positivas têm ocorrido, sinalizando novas maneiras de olhar o diferente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, enfocam a importância de um projeto educacional para o Brasil, que estimule a convivência com a pluralidade cultural em todas as suas dimensões.

3. OS IMIGRANTES PERUANOS NA CIDADE DE RIO BRANCO/ACRE

3.1 Principais dificuldades encontradas pelos imigrantes peruanos na cidade de Rio Branco

A elaboração desse capítulo foi sustentada pelas informações fornecidas pelos imigrantes peruanos estabelecidos no Acre. A metodologia adotada foi a aplicação de um questionário em 60 imigrantes, cujas perguntas permitiram traçar o perfil deles.

O critério adotado na seleção dos imigrantes que fizeram parte da pesquisa levou em consideração a predisposição em fornecer informações sobre sua experiência migratória.

O medo em fornecer informações excluiu potenciais depoimentos de imigrantes que temem sofrerem represálias por parte do governo brasileiro, mesmo sendo informados da natureza da pesquisa.

Foram selecionados imigrantes de sexos e idades diferentes. A classe social dos entrevistados podem ser classificados, segundo o padrão peruano, como classe média. Após a coleta das informações e a sua respectiva análise foi possível constatar que os imigrantes peruanos que chegam em solo brasileiro não possuem muitas características homogêneas, resultado da diversidade social e cultural de sua nação.

Porém, segundo informações obtidas com os imigrantes peruanos entrevistados, pode-se salientar alguns traços similares: a maioria são originários da serra central e uma minoria da costa e selva respectivamente; têm um histórico de migração interna no próprio país; a grande maioria possui qualificação profissional; o nível de estudo é médio alto; migram com toda a família, são sujeitos dedicados ao trabalho.

Uma grande maioria que vive em Rio Branco subsiste na clandestinidade e atua no mercado informal do trabalho, em muitos casos são explorados pelos próprios conterrâneos que se aproveitam de sua situação irregular e ainda existem outros que são explorados pelo anfitrião. A condição de clandestino submete os imigrantes irregulares a uma vida de pseudo-progresso.

Um número menos significativo de peruanos “desfruta” de situação regular perante o Estado brasileiro enquanto a grande maioria vive marcada pelo medo de ser identificada pelos agentes do estado e sofrer autuações, multas ou deportações. Entre as causas que estimularam os imigrantes a saírem do seu país o quadro I apresenta os fatores mais freqüentes.

Quadro I: Motivações do movimento migratório para o Estado do Acre no período da década de 1980 a 2000

CAUSAS DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO	Nº.
Políticos	14
Econômicos	10
Convite Familiar	20
Guerra interna	16
TOTAL	60

FONTE: Pesquisa realizada em Rio Branco-Acre em 2010

A elaboração do perfil do imigrante peruano em Rio Branco confirma que os mesmos vieram de forma independente, na maioria das vezes foram convidados por algum conterrâneo ou parente já instalado. A maioria de imigrantes que se instala na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, o fazem de forma provisória, pois eles tentam continuar a viagem para as grandes capitais.

Muitos mencionam que Rio Branco seria o ponto inicial para adentrar futuramente ao “coração do Brasil”: São Paulo. Entretanto, um contingente considerável se instalou na capital acriana, oriundos de variadas classes sociais e profissões e lá permanecem. É também significativo a guerra como fator de expulsão do imigrante de sua pátria. O perfil do imigrante peruano que chega ao Acre é demonstrado no quadro II.

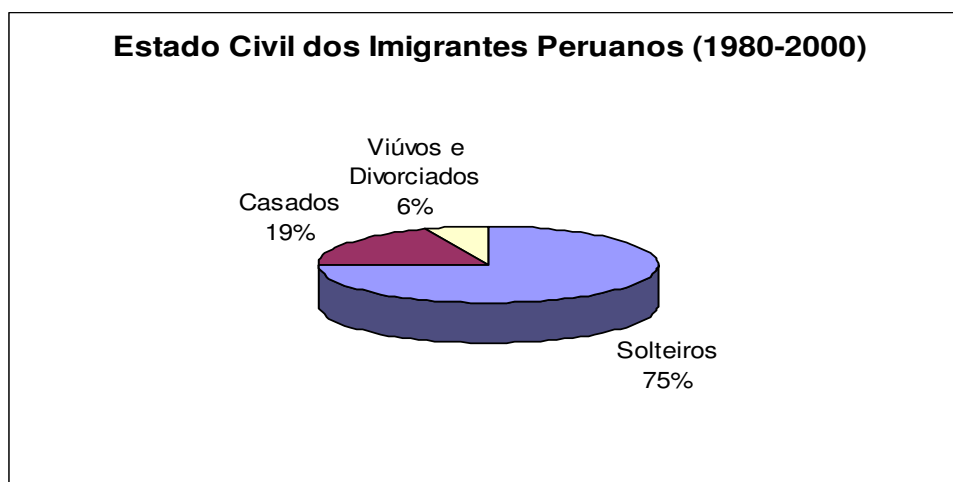
Quadro II: Idade média dos imigrantes peruanos que chegaram ao Estado do Acre (1980 – 2000)

IDADE	Nº.
De 20 a 24 anos	14
De 25 a 29 anos	20
De 30 a 34 anos	14
De 35 a 39 anos	12
TOTAL	60

FONTE: Pesquisa realizada em Rio Branco-Acre em 2010

Os dados do quadro II demonstram que a maioria dos entrevistados se situa na faixa etária entre 25 a 29 anos, representando aproximadamente 33% do total. Este grupo possui maior facilidade de adaptação frente à nova realidade e às novas atividades que irá exercer no país anfitrião. No que refere ao estado civil dos imigrantes peruanos pode-se destacar que 75% deles são solteiros, os casados são em torno de 19%, e os viúvos e divorciados representam apenas 6% do total analisado.

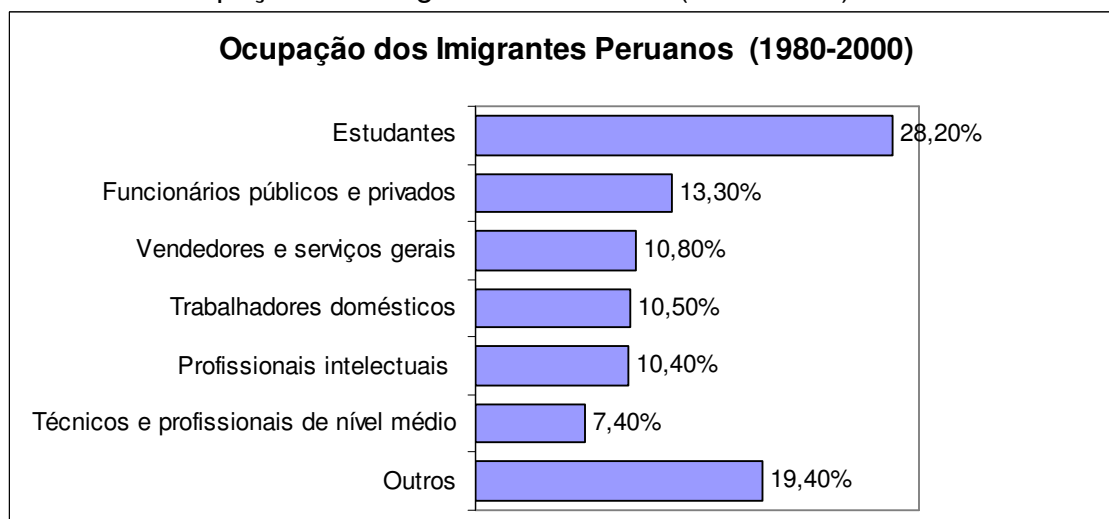
Gráfico I: Estado civil dos Imigrantes Peruanos (1980-2000)



FONTE: Pesquisa realizada em Rio Branco-Acre em 2010.

A seguir foi elaborado um gráfico sobre as ocupações exercidas pelos imigrantes peruanos que se dirigiram para o Acre.

Gráfico II: Ocupação dos Imigrantes Peruanos (1980-2000)



FONTE: Pesquisa realizada em Rio Branco-Acre em 2010.

Em relação à ocupação e profissão dos imigrantes no momento que deixaram seu país de origem, segundo a pesquisa, entre 1980 e 2000, a grande maioria são estudantes (28,2%). Entre as outras ocupações destacam-se também os funcionários públicos e privados, representando 13,3%, em seguida se encontram os trabalhadores dos serviços gerais, agentes vendedores que representam 10,8%; na sequência, vêm os trabalhadores domésticos, representando 10,5% e os profissionais intelectuais com 10,4% do total de imigrantes. Assim, 7,4% são técnicos e profissionais de nível médio. Ao serem indagados pela escolha do Acre como local para morar o quadro III revela as seguintes situações dos entrevistados:

Quadro III: Fatores da imigração peruana no Estado do Acre (1980 – 2000)

Fatores da imigração peruana para o Acre	%
1) Ascensão social e econômica a) oportunidades econômicas e de trabalho b) oportunidades educacionais c) futuro promissor d) melhor nível de vida	30
2) Parentes e amigos a) para se juntar à família e aos parentes b) pelo bem dos filhos c) acompanhar a família d) para juntar os amigos	22
3) Considerações políticas a) exclusão política no país de origem b) para se viver livre – democracia c) constantes guerras no país de origem	13
4) Espírito de aventura a) desejo de aventura e de mudanças b) veio visitar o país e gostou	18
5) Razões adversas	17
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa realizada em Rio Branco-Acre em 2010

A maioria dos imigrantes peruanos que escolheram o estado do Acre para morar, o fizeram não só pela proximidade da fronteira, mas também por informações animadoras de parentes e conterrâneos já estabelecidos no estado.

Entre os pesquisados, 30% procuraram melhorar sua situação econômica no Brasil. A partir disso, podemos afirmar que o fator que exerceu maior atrativo ao imigrante peruano para se deslocar para o Brasil foi a situação promissora da economia brasileira.

O Brasil é considerado um país de muitas oportunidades, onde os imigrantes visualizam um futuro melhor e tem grande empatia com o povo brasileiro, considerando-o “alegre e festivo”.

Desta forma a grande maioria não tem a intenção de voltar para seu país de origem. No entanto, embora as respostas dos entrevistados não tenham priorizado a guerra civil como fator determinante para a imigração, consideramos que o temor da deportação tenha feito com que os mesmos omitissem essa possibilidade.

Os relatos positivos dos imigrantes pioneiros incentivam outros parentes e amigos a também migrar. Dessa forma, 22% dos entrevistados afirmaram que decidiram migrar para se juntar aos familiares e amigos que já moravam em território acriano.

Assim, no imaginário dos imigrantes da América Espanhola, o Brasil é visto como um país do progresso, com belas praias, natureza exuberante, “país do futebol”, do samba, e acima de tudo, um país que apresenta uma perspectiva democrática.

Por outro lado, o imigrante peruano também é pressionado pelos acontecimentos de intolerância política e militar do seu país; a “guerra civil” obriga muitos a abandonar seu lugar de origem para “viver em paz”. Desta forma, 13% dos entrevistados transpuseram as fronteiras para recomeçar suas vidas.

É interessante considerar também que uma grande parte destes imigrantes não pretende retornar ao seu país de origem, pelo contrário, tende a se inserir e miscigenar no país anfitrião. Desta forma se configura a chamada “fuga de talentos” no país de origem.

Inclusive o Estado peruano formulou incentivos para motivar o retorno destes cidadãos. Assim como assinala Roberto Abusada Salah e Cinthya Pastor Vargas:

En el 2004 se aprobó a Ley de Incentivos Migratorios, la cual tenía por objetivo promover el retorno al Perú de peruanos profesionales o empresarios residentes en el exterior mediante la concesión de incentivos tributários. (...) la norma se encuentra incompleta y ha sido diseñada para incentivar el retorno de un grupo de imigrantes muy reducido (solamente los profesionales). Muestra de esto es que a la fecha se han acogido a la norma 195 emigrantes. (SALAH, IVARGAS, 2008, p.275)

O que significa ser imigrante dos países andinos? A idéia de imigrante para os brasileiros remete-se com mais facilidade às pessoas oriundas de países europeus, pois todos concordam que “eles fizeram este país”.

A partir desta primeira percepção, seria possível constatar um sistema de valoração dos imigrantes: o andino não parece ser bem visto.

A idéia de que “eles vêm para o Brasil fugindo da fome e miséria” e como tal não têm como contribuir para o crescimento do país, revela uma forma preconceituosa e estereotipada de encarar esse imigrante.

No entanto, outras migrações, que fogem do ideal branco, europeu, católico, também sofreram profundas discriminações como relata Nunes.

Os estereótipos populares que foram se consolidando sobre os imigrantes (...) se estenderam sobre suas características físicas, mentais, morais e ocupacionais, todas expressas em termos pejorativos: analfabetos, mentirosos, trapaceiros, anti-higiênicos, doentes, etc. (NUNES, 2000, p. 148).

O Peru tem problemas de identidade antes e depois da conquista espanhola, é um país multilinguístico e multicultural, com várias vertentes étnicas: descendentes de europeu, indígenas, africanos, asiáticos e todas as possíveis combinações entre esses povos, originando assim uma dificuldade em construir uma identidade nacional e, portanto, a integração do país.

Neste contexto, quando os peruanos se encontram no exterior não configuram uma unidade e não constituem uma “colônia”, à semelhança de povos vindos de outros lugares.

É possível pensar que o comportamento do imigrante peruano é mais individualista e que esse prefere integrar-se à cultura do país anfitrião, ainda que não descuide da permanência de suas tradições culturais originais.

[...] Pois há uma outra possibilidade: a da Tradução. Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus

lugares de origem e suas tradições, mas sem ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (...). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. “Elas estão irrevogavelmente traduzidas”. (HALL, 2006, p.81)

A maioria dos imigrantes peruanos tem feições indígenas e diferenças sociais antagônicas desde o colonialismo até os dias atuais. Esses fatos geraram diferentes conflitos e guerras, como a atual que dura mais de vinte anos e divide o país; dessa forma, este imigrante é visto com receio, sendo relegado à marginalização.

A discriminação que afeta os imigrantes se dá de diferentes formas que se combinam e se entrecruzam. São evidentes os abusos por parte da sociedade receptora, violência, xenofobia e ameaças à integridade física, entre outros.

(...) quando fui no escritório de imigração na polícia federal, solicitei a renovação de visto, pois estava próximo do vencimento. O agente que me atendeu olhou-me de forma depreciativa e truculentamente me perguntou se eu tinha dinheiro para ficar no Brasil. Eu respondi afirmativamente, então ele pediu que mostrasse, o que fiz prontamente. Isso irritou o agente, que pegou o dinheiro conferiu e imediatamente o jogou no chão argumentando que eu tinha ficado “muito de olho” assim estava desconfiando dele, e afirmou “tinha que ser peruano mesmo” “raça ruim” e falou outros impropérios que não entendi. Essa foi uma das tantas discriminações que sofri (...) (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Durante as entrevistas realizadas, este tema foi abordado com vários imigrantes. Nos itens que tratam sobre atitudes que envolviam preconceitos ou algum tratamento discriminatório devido a sua origem, a maioria dos entrevistados não menciona ou “não se lembra” de ter passado algum tipo de discriminação. Nos relatos, não foram reveladas, explicitamente, situações de segregação, porém no questionário aplicado com respostas individuais, num universo de sessenta entrevistados, sete responderam que sofreram discriminação, vinte responderam que nunca sofreram qualquer tipo de preconceito e os outros se abstiveram, reservando-se o direito de não responder.

Os que responderam afirmativamente que sofreram algum tratamento discriminatório ressaltaram que este ocorreu em algumas áreas específicas, como por exemplo, o fato de não poder participar de um concurso público ou preterimentos dentro do mercado de trabalho.

A grande discriminação vem especificamente do Estado brasileiro, pois o mesmo não reconhece que o Peru enfrenta uma guerra civil e não qualifica os imigrantes peruanos como refugiados ou sem pátria. Postura contrária é vista diante do imigrante colombiano, uma vez que este tem algum apoio oficial do Estado brasileiro. Diante destes fatos, os imigrantes peruanos, em sua grande maioria, vivem na clandestinidade, enfrentando discriminação e preconceito por parte das autoridades e de alguns setores da população.

Neste estudo também percebemos a formação de conceitos estereotipados ou pejorativos sobre o imigrante peruano que é comumente chamado de “patrício”, ou ainda, a idéia difundida de que “veio ao Brasil para matar sua fome”.

Sinto a discriminação na pele e ouço com frequência pessoas falando que os peruanos só vêm para o Brasil matar a fome, fico triste, pois sou um ser humano antes de ser um estrangeiro e quem sabe da minha história e os motivos que me trouxeram para esse país estranho, no meu caso fui trazido por meus pais não tive escolha e no meu país não me faltava nada, pelo contrário aqui já me faltou bem mais do que lá, entende, mas vejo o lado bom também, por isso não volto mais, e vou continuar viver por aqui mesmo (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Em nossa pesquisa verificamos que o anfitrião em muitas ocasiões tem um comportamento condescendente com o imigrante, enquanto este não o incomoda seja comercialmente ou academicamente, pois o brasileiro se considera muitas vezes superior.

Assim sendo, quando o imigrante se destaca sobrepondo as barreiras econômico-sociais e em certa medida progride ou ultrapassa os padrões do anfitrião, sobram qualificações pejorativas como: “veio para Brasil, enriqueceu, com certeza é traficante”. E mesmo que o imigrante se dedique e esforce para provar a sua condição de trabalhador íntegro, de modo geral, sempre desperta desconfiança e receio.

Imagens populares e estereótipos acabaram por elaborar uma escala de tolerância com os grupos estrangeiros: em um extremo, ficavam aqueles grupos que, na visão popular, possuíam qualidades positivas como liderança, iniciativa e autoconfiança; no outro aqueles que eram vistos como possuidores de qualidades indesejáveis como o analfabetismo, o baixo nível mental, a preguiça, a intolerância, etc. (NUNES, 2000, p.141).

Percebemos que, embora os imigrantes peruanos sejam vistos de forma desfavorável, ele procura quebrar essas barreiras e segue o processo da integração à sociedade receptora, adaptando-se às exigências, dando início assim ao processo de aculturação.

3.2 Formas de resistências dos imigrantes peruanos em Rio Branco

O processo de integração do imigrante à sociedade receptora não se constitui de forma fácil, exige alguns sacrifícios e adaptações, por exemplo: a participação dos imigrantes nas atividades da comunidade é reduzida, pois os mesmos demonstram pouco interesse. Porém, esse desinteresse diminui à medida que aumentam os anos de residência dos imigrantes na comunidade.

Esse processo é considerado importante, pois o nível de participação nos projetos da comunidade confirma o grau de adaptação e aculturação. Quando essas relações se mantêm de forma harmônica são superadas algumas diferenças e se formam laços afetivos com a comunidade do país anfitrião. Como pode ser constatado nas palavras de um imigrante durante as entrevistas realizadas:

(...) eu vim para esse país, para o Acre para refazer minha vida e participo dos trabalhos comunitários, pois assim aprendo mais com os brasileiros e eles passam a gostar de nós (...) (Depoimento de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

No decorrer da pesquisa, ao investigar parte da documentação relacionada à imigração peruana no Acre, percebe-se que existem limitações nos arquivos de imigração do Estado brasileiro, pois a grande maioria transpõe as fronteiras de forma irregular. Por outro lado, mesmo estando numa situação ilegal e sofrendo dificuldades de adaptação e socialização, a maior parcela destes imigrantes não pretende retornar ao seu país de origem, pois chegam ao Brasil determinados a recomeçar suas vidas.

A grande maioria de imigrantes pioneiros que chegam ao Acre (1980-2000) são oriundos ou descendentes de comunidades camponesas, ligadas ao trabalho da terra, comércio ou vida acadêmica. Ao se instalar em território acriano esses imigrantes não conseguem dar continuidade à sua atividade tradicional e secular: a agricultura. No estado acriano, os setores mais desenvolvidos são a pecuária e o extrativismo. Desta forma, a grande maioria se insere no comércio local de forma autônoma como vendedor ambulante.

(...) Quando decidi vir para o Brasil pensei que continuaria trabalhando na terra, me diziam que é um país com terras sobrando, então imaginei, ótimo vou seguir o trabalho que aprendi com meu pai, mas a realidade que

encontrei foi outra. Como preciso sobreviver percebi que ser vendedor ambulante com produtos bolivianos⁷ e até mesmo peruanos daria certo (...) (Depoimento de um vendedor ambulante peruano – Rio Branco – 2010).

O comércio ambulante se apresenta como a melhor oportunidade para o imigrante, frente ao desafio de lutar pela sobrevivência no novo espaço. Esta atividade lhe oferece bons resultados com lucros imediatos, pois seu início não requer um alto aporte de capital. É importante também ressaltar que o comércio ambulante facilita o surgimento de vínculos de amizade e respeito dos habitantes locais. Além disso, alguns imigrantes passam a constituir empresas comerciais nos padrões exigidos pelo Estado, ampliando e consolidando seus negócios, alguns ocupam posição de destaque nessa atividade comercial, assim podemos observar uma mudança radical das suas atividades originais.

(...) o Brasil é o melhor lugar para se morar e trabalhar, embora exija muitos sacrifícios, pois compensa apostar, quem sabe amanhã meus descendentes desfrutem de uma condição melhor (...) (depoimento de um comerciante peruano – Rio Branco – 2010).

Constatamos também que os imigrantes, habilitados profissionalmente como médicos, enfermeiros, professores, artistas plásticos e outras profissões liberais, se inserem na vida econômica da sociedade receptora atuando nas áreas mais distantes da capital, em postos preteridos pelas populações acrianas em razão do distanciamento e da precariedade dos locais de trabalho. Este novo espaço se torna atraente economicamente e socialmente para o imigrante, pois de alguma forma traz o respeito do restante da população.

(...) Quando fui ao Vale do Juruá (Cruzeiro do Sul) o prefeito estava com sérios problemas de brindar assistência médica para a população, então fui informado sobre a carência de médicos brasileiros na região, pois eles não se sentem atraídos pela região ou pelo lado financeiro, então me prontifiquei, embora seja irregular minha contratação, pois confiei no prefeito, por outro lado a parte econômica é satisfatória, não me importo com o local ou a distância da cidade (...) (Relato de um médico peruano – Rio Branco – 2010).

Assim, começa o processo de assimilação, mudança e adaptação do imigrante que enfrenta barreiras, como a alimentação que, muitas vezes, causa estranheza; ou a nostalgia, um sentimento de quem deixa para trás “a sua casa” e

⁷ O depoente cita “produtos bolivianos” referindo-se a mercadorias importadas que são ofertadas na Zona Franca de Cobija-Bolívia.

apenas pode contar com lembranças despertadas por músicas ou danças. Ocorre ainda a difícil adaptação ao clima tropical e úmido da região norte do país e a dificuldade de aprender a língua do anfitrião. A diferença do idioma é um obstáculo que só o tempo e a convivência podem ajudar a transpor. Destacando-se que na América Latina, o único país de língua portuguesa é o Brasil. Desse modo o imigrante tenta quebrar essa barreira, talvez a mais importante, a língua, pois dessa forma se dá o primeiro passo para a aculturação e também poder expressar ou transmitir suas idéias e impressões sobre diferentes aspectos limitados inicialmente a um diálogo básico de compreensão.

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 2006, p.28).

Apesar de tudo, o imigrante que está mergulhado nessa nova sociedade aprende o idioma e estabelece através deste aprendizado relações de amizade com as pessoas do lugar. Os imigrantes, que são majoritariamente solteiros, estabelecem laços afetivos e constituem famílias, a maioria deles estabelecem relações de matrimônio com moças acrianas. Isso afeta de alguma forma sua cultura original, pois ocorrem mudanças expressivas nas suas relações diárias.

(...) Quando cheguei aqui em Rio Branco, minha primeira dificuldade era a língua, depois aprendi trabalhando com vendas. Nessa atividade conquistei varias amizades e algumas inimizades, principalmente dos concorrentes, depois passei a frequentar algumas reuniões sociais, conheci algumas moças, logo passei a me relacionar criando um vínculo familiar de matrimônio, logo nasceu minha primeira filha e começaram certos conflitos, começando muitas mudanças no meu dia a dia, principalmente problemas de ordem cultural. Em algumas ocasiões se dá na forma de educar minha filha, pois eu não consigo transferir totalmente meu jeito de educar, dessa forma me vejo obrigado a aceitar a realidade familiar local, mesmo sem concordar (...). (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Os laços familiares no novo espaço aceleram o processo de assimilação de novos costumes e formas de vida. A primeira geração de filhos de pai imigrante e mãe brasileira enfrenta várias contradições, sendo rara a situação inversa porque as mulheres imigrantes além de serem em menor número são mais reprimidas e mantêm valores rigorosos. O pai peruano esforça-se em repassar sua maneira de

educar os filhos, baseada em referências e valores de seus ancestrais, causando por vezes conflitos com os costumes repassados pela mãe e sua família.

Esta primeira geração, então, recebe os valores repassados pela família e também pela escola, que inevitavelmente educa e forma a criança nos preceitos brasileiros. Porém, no núcleo familiar estruturado segundo uma ordem patriarcal, os usos, valores e costumes do pai tendem a prevalecer. Assim podemos confirmar na maioria dos relatos que os imigrantes valorizam sua educação, a culinária e a cultura (músicas, tradições, etc.), procurando transmitir esses valores na educação dos seus filhos. Na maioria das vezes pessoas próximas e vizinhos vêm com simpatia esta atitude, eles concordam que “se a educação fosse rigorosa o Brasil seria melhor”.

O que sinto falta do meu país é a educação, pois aqui no Brasil principalmente a educação infantil é precária e tenho que acompanhar meus filhos sempre com lições básicas como tabuada, capitais de países entre outros é ruim mesmo; e ah...comida só se fala em arroz e feijão, por favor, não me entenda mal, adoro feijão com arroz mas no meu país são intermináveis as opções de cereais e penso que o Brasil também poderia investir em plantações para ficar acessível ao povo, porque no mercado meu amigo quando encontro alguns é caríssimo, por fim minha cultura, ela faz o jovem pensar e querer estudar aqui é mais complicado, pois a mídia é que transmite a cultura e meninas com dois anos de idade já se vestem com roupa de adulto e coloca batom e sua mãe diz tá na moda (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

A casa torna-se, assim, um território de domínio desse país “estrangeiro” em quase todos os sentidos. É um espaço onde se reproduz a identidade e cultura do imigrante, seja no campo musical ou mesmo na culinária e, principalmente, na educação do comportamento das crianças. Os jovens ficam, assim, divididos entre aceitar ou negar a validade dos preceitos transmitidos pelas instituições em que convivem: os valores paternos, os maternos, sociais e aqueles transmitidos diretamente pela instituição escolar.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” (SILVA, Tomaz, 2008, p.63).

A cultura do país anfitrião também é assimilada pelo estrangeiro, contribuindo assim para uma hibridização cultural, pois o anfitrião exige de alguma forma,

mudanças no modo de vida do imigrante, seja o aprendizado do idioma, novos hábitos alimentares, ou ainda novos laços afetivos. Isto é fundamental para o relacionamento social: “A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas” (SILVA, 2008, p.87).

O imigrante peruano muitas vezes obtém sucesso na inserção e integração na sociedade. Os pioneiros se esforçam e se concentram para evoluir seus pequenos negócios, inicialmente como camelôs e futuramente transformados em comerciantes promissores. Também foi possível perceber que estes imigrantes pioneiros dão uma educação para seus filhos em escolas consideradas de bom nível, pois há uma valorização da formação escolar como meio de superar barreiras e obter sucesso pessoal e profissional.

Os imigrantes pioneiros que estão inseridos no cenário acriano se projetam como empresários, comerciantes bem sucedidos, intelectuais e profissionais liberais, alguns tem projeção na política local. Esta integração não significa que este grupo perdeu sua identidade cultural; pelo contrário, o que ocorre é um processo de integração julgado necessário para a ascensão econômica e social. A integração desses imigrantes com a sociedade local é reforçada pela questão geográfica, pois localidades peruanas e brasileiras estão próximas. Essa proximidade aumenta com a abertura de mais uma estrada, como a “Estrada do Pacífico” que reforça laços de amizade e cooperação entre o Peru e o Brasil. Pode se notar um reforço de trocas culturais entre esses países, principalmente com a difusão do Peru como pólo turístico.

Um dos motivos que me fez migrar pra o Brasil em especial para o Acre foi porque é o Estado mais próximo do meu país (Peru) e assim facilitou minha vinda para cá e agora com a estrada do pacífico será bem mais fácil eu visitar minha cidade e tudo que ficou para traz e levar meus filhos para conhecer minhas origens (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Os turistas acrianos que conhecem a cidade arqueológica de Cuzco, as serranias de Arequipa ou ainda as obras da arquitetura colonial da capital Lima, retornam com novas impressões sobre o país vizinho. Segundo o depoimento de um turista “os peruanos gostam dos brasileiros, nos respeitam e tratam bem”, dessa forma o imigrante peruano que mora no Acre passa a ser mais compreendido e inclusive valorizado. A religião também reforça, pois a religião dominante no Peru é

a Católica e observa-se que a maioria se não todos os imigrantes tem sua base religiosa na igreja católica, mesmo aqueles que não são praticantes da doutrina.

Um lugar que encontrei igual da minha cidade é a igreja católica, lá fala do mesmo DEUS e não me senti diferente não, mas as pessoas também não perguntam se sou estrangeiro, aí não sei, se soubessem como me tratariam (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Desta maneira e de forma continuada vai se dando a adaptação dos imigrantes peruanos e dos seus descendentes. Muitos obtêm sucesso em vários graus, absorvendo alguns costumes locais e incorporando valores da sociedade acriana, porém continuam mantendo suas tradições culturais e seus costumes nativos, assim conseguem superar essa condição de rejeitado e são “aceitos” em alguns círculos sociais.

(...) quando consegui fazer amizades com brasileiros pude ter um melhor trânsito em muitos lugares seja na área profissional ou social. O peruano é quem mais se integra e é aceito em qualquer lugar... às vezes se torna mais brasileiro que o próprio brasileiro. Como tal me preocupo com os problemas da comunidade e dessa forma consigo me inserir na sociedade e ganhar carinho e respeito dos meus amigos brasileiros (...) (Depoimento de um empresário peruano – Rio Branco – 2010).

A maioria dos imigrantes homens aponta que o que mais gostam no Brasil é a paixão do brasileiro pelo futebol, as mulheres brasileiras e a vida social dos mesmos que em seu país com a pluriculturalidade existente não une tantas pessoas com um mesmo sentimento seja pelo o futebol ou a convivência social como um entrevistado relata.

Em meu país as coisas não são assim compartilhadas, como o futebol, por exemplo, vejo famílias inteiras se reunindo com outras para torcer por um time brasileiro quando é o Brasil que vai jogar então, é uma loucura parece que todos são iguais mesmo; sem distinção de cor, raça, religião é maravilhoso e isso me encanta (Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Outro fato interessante identificado na pesquisa é que os imigrantes peruanos não formam colônia como já foi mencionado anteriormente, porém ao encontrar um evento ou restaurante que divulga sua música ou serve a culinária peruana se reúnem para desfrutar e lembrar sua origem.

Quando ouço minha música meu coração bate forte e logo vou em busca de onde e quem está ouvindo, muitas vezes chego a negar que sou peruano, mais fico ali ouvindo, geralmente dá um nó na garganta; e a comida então sinto o cheiro a quilômetros e não me importo de ter meus conterrâneos no local, alguns se misturam, bebem juntos até sair uma briga eu fico na minha vou naquele lugar só pela comida do meu país(Relato de um imigrante peruano – Rio Branco – 2010).

Assim se estabelecem as relações de aculturação e adaptação no novo ambiente. No término desse trabalho convido o leitor a refletir sobre os direitos do ser humano de escolher o lar para viver, entender que essa grande mobilidade de pessoas, favorece a integração em todos os aspectos do desenvolvimento, alterando o modo das relações sociais de uma determinada cultura, já que o imigrante carrega consigo novas maneiras de vida que obviamente contribuem e contribuirão com o novo espaço que escolheram para conviver, da mesma forma que eles assimilarão a nova cultura contribuindo para uma hibridização cultural.

CONCLUSÃO

Ao encerrar esse estudo sobre a imigração peruana direcionada ao Brasil-Acre, foi possível constatar uma singularidade nessa experiência imigratória, a qual revelou um quadro nacional marcado por profundas divisões sociais nas camadas da sociedade,

No âmbito regional, entre os setores dominantes, estabelecidos nas áreas urbanas da costa do país, e os camponeses amarrados no universo tradicional, comunitário e indígena da montanha. Portanto, para compreender o fenômeno da imigração peruana foi necessário, antes de tudo, reconhecer a existência de dois países, separados social, racial e regionalmente, marcado por débeis laços de união entre seus membros, uma vez que tal desunião acaba por refletir na experiência migratória dos peruanos.

Consideramos singular a experiência migratória do Peru pois ao analisar a produção bibliográfica sobre migrações internacionais o que se verifica é que a experiência migratória provoca uma unidade no país receptor, entre as populações migrantes. No entanto, a falta de unidade política, econômica, social e cultural do Peru, acaba provocando uma grande solidão nas populações migrantes peruanas, uma vez que se torna necessário estabelecer novas formas de convivência, seja com os brasileiros, seja com os patrícios.

Observamos que a trajetória dos imigrantes peruanos deve ser analisada levando em conta inicialmente sua mobilidade dentro do Peru, por motivos da instabilidade política que marcou a história do país, e conseqüentemente os problemas dela decorrentes, para que depois possamos entender os deslocamentos internacionais e os seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

A abordagem sobre a mobilidade humana na fronteira do Brasil com o Peru se torna um desafio, pela ausência de dados confiáveis, pois não existe, por parte das autoridades, um controle eficaz das fronteiras. Esse fator permite, muitas vezes, o contrabando de drogas ou armas, o que ajuda a propagar a confusão entre o elemento civil imigrante e o sujeito que transgride as leis praticando tráfico de drogas.

Segundo informações fornecidas pelos entrevistados um dos vários fatores que dificultam o processo de integração do imigrante em seu novo “lar” são as

diferentes formas de preconceitos, a violação dos direitos humanos dos imigrantes, e a difícil situação dos estrangeiros em situação “irregular”.

As entrevistas realizadas nos permitiram compreender também as mudanças e a adaptação sócio-cultural que o imigrante teve que passar. Mesmo com inúmeras barreiras, esse grupo se adapta e ao mesmo tempo procura manter sua herança cultural de grupo e família. Mesmo assim, as próximas gerações provavelmente percam contato com seu passado, pois a influência do sistema escolar acriano é notoriamente um dos mecanismos para aculturação da segunda geração de peruanos-acrianos.

A democracia instalada no Brasil na década de 1980 atraiu nossos irmãos da fronteira espanhola e quebrou um isolamento secular. Embora o Peru e o Brasil sejam tão próximos na perspectiva geográfica, culturalmente são muito diferentes e distantes. Penso que a experiência migratória seja uma forma importante de rever a convivência do Brasil com seus vizinhos latino-americanos e a partir de então pensar um projeto de unidade em comum, em que todos sejam beneficiados.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Elaine. *Política Social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONASSI, Margherita. *Canta América sem fronteiras!:* imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BOND, Rosana. *Fogo nos Andes*. Goiânia: Edições Ruptura, 1991.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)] Constituição Federal / coordenação Gisele de Melo Braga Tapai. - 7. ed. ver., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2002. - (RT códigos)

DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/ Projeto Raúl Prebisch. N°10(outubro/dezembro). Brasília: 2009.

_____. Diplomacia, Estratégia e Política. N°9 (jan./março). Brasília: 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais/organização* Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et al]. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

FAUSTO, Boris. *Negócios e Ócios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Fazer a América*. São Paulo; 2.ed. - Editora da Universidade de São Paulo (USP), 2000.

LLOSA, Mario. *Peixe na Água*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NETO, Helio Pova; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. – Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NUNES, Heliane Prudente. *A imigração Árabe em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

MARIÁTEGUI, José Carlos, 1894-1930; *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução [de] Felipe José Lindoso. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Revista n°. 57 de *Estudos Avançados: Dossiê Migrações*, São Paulo: USP 2006.

SALAH, Roberto Abusada y IVARGAS, Cinthya Pastor. *Migracion y políticas sociales en América Latina*. Rio de Janeiro: SOPLA, 2008.

SILVA, Tomaz. Tadeu da. *Identidade e Diferença*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre*. Rio Branco: M. M Paim, 1995.

SPOSATI, A. O. et al. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Site Visitado

CRV, <http://www.cverdad.org.pe/>, (último acesso às 10h14min. 02/11/2010).
[http://www.infopedia.pt/\\$sendero-luminoso>](http://www.infopedia.pt/$sendero-luminoso>), (último acesso às 19h10min. 21/12/2010).

APÊNDICES

Apêndice 1

Esclarecimento

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado em História que está sendo realizado no Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Católica de Goiás (PUC). A pesquisa intitulada: “Estudo do processo migratório de populações peruanas para o Brasil, no contexto da guerra civil de 1980 a 2000” tem como objetivo quantificar o número de imigrantes peruanos e seus descendentes existentes no Acre. Pretende-se ainda investigar o desenvolvimento sócio-econômico e a adaptação dos peruanos residentes no Acre, além de examinar a influência que suas organizações sociais, culturais e religiosas desempenhadas na sociedade acreana.

Toda informação obtida neste estudo será tratada confidencialmente e os resultados manterão o anonimato dos entrevistados.

Agradecemos sua cooperação

Atenciosamente,

Elio Dixon Escurra Guillén
Autor da Pesquisa

Apêndice 2

Pesquisa sobre os Imigrantes Peruanos e seus descendentes no Acre – 1980-2000

Entrevistado: _____

Entrevista Número: _____ Data: _____

Local: _____

1) Residência atual: _____

Cidade/Estado

2) Naturalidade: _____

Cidade/Estado/País

3) Como veio para o Brasil?

____ (1) Como parte de um programa de imigração

____ (2) Como imigrante independente

____ (3) Como estudante

____ (4) Como visitante

4) Qual é a região do Peru na qual você nasceu?

____ (1) Costa

____ (2) Serra

____ (3) Selva

5) Cidadania: (marque uma)

____ (1) Brasileiro por nascimento

____ (2) Brasileiro naturalizado

6) Se você é um cidadão brasileiro naturalizado ou planeja tornar-se um, escreva as razões:

1. _____

2. _____

3. _____

7) Por que você escolheu o Brasil e o Estado do Acre para morar?

____ (1) Por informações animadoras de parentes

____ (2) Veio a passeio e ficou

____ (3) Por informações de “Companhias de Turismo”

____ (4) Outro _____

8) Quantos anos de educação formal você teve? (marque uma)

____ (1) 6 anos ou menos

____ (2) 7 a 9 anos

____ (3) 10 a 12 anos

____ (4) 13 a 15 anos

____ (5) 16 anos ou mais

____ (6) nunca foi à escola

9) Você tem algum diploma ou curso universitário? (marque um)

____ (1) Sim

____ (2) Não

10) Como é seu conhecimento de Espanhol e Português?
(marque uma em cada coluna)

I – Espanhol

- ____ (1) Muito bom
 ____ (2) Bom
 ____ (3) Regular
 ____ (4) Nenhum

II – Português

- ____ (1) Muito bom
 ____ (2) Bom
 ____ (3) Regular
 ____ (4) Nenhum

11) Você já visitou o país de onde você veio/ou seus pais vieram? (marque uma)

- | | |
|-----------------------|-------------------------------|
| ____ (1) Não | ____ (4) Sim, 3 vezes |
| ____ (2) Sim, 1 vez | ____ (5) Sim, 4 vezes |
| ____ (3) Sim, 2 vezes | ____ (6) Sim, 5 ou mais vezes |

11.1) Se a resposta foi “Sim”, em que ano visitou o país de origem pela última vez? _____

11.2) Se a resposta foi “Não”, você pretende visitá-lo em breve? (marque uma)

- | | |
|--------------|--------------|
| ____ (1) Sim | ____ (2) Não |
|--------------|--------------|

12) Você se corresponde com parentes ou amigos do seu país de origem? (marque uma)

- ____ (1) Não
 ____ (2) Sim, mas raramente
 ____ (3) Sim, freqüentemente

13) Você já ajudou ou financiou a vinda de parentes ou amigos para imigrar para o Brasil? (marque uma)

- | | |
|----------------------------|-------------------------------|
| ____ (1) Não | ____ (3) Sim, 3 ou 4 vezes |
| ____ (2) Sim, 1 ou 2 vezes | ____ (4) Sim, 5 ou mais vezes |

14) Você manda dinheiro para os seus parentes no Peru?

- ____ (1) Não
 ____ (2) Sim, mas raramente
 ____ (3) Sim, freqüentemente

15) Seus melhores amigos no Acre são de origem peruana? (marque uma)

- | | |
|----------------------|-------------------------|
| ____ (1) Não | ____ (3) Sim, a maioria |
| ____ (2) Sim, alguns | ____ (4) Sim, todos |

16) Você lê jornais, revistas ou livros publicados no Peru? (marque uma)

- ____ (1) Não
 ____ (2) Sim, mas raramente
 ____ (3) Sim, freqüentemente

33) Você pretende morar permanentemente no Acre, ou tem intenção de voltar para a terra natal? (marque uma)

_____ (1) Morar permanentemente no Acre

_____ (2) Voltar para a terra natal

_____ (3) Não sei

33.1) Por quê?

34) Quais as três coisas que você mais gosta no modo de vida brasileiro?

1. _____

2. _____

3. _____

35) Quais as três coisas que você menos gosta no modo de vida brasileiro?

1. _____

2. _____

3. _____

36) Quais as três coisas que você mais gosta no modo de vida do seu país de origem?

1. _____

2. _____

3. _____

37) Quais as três coisas que você menos gosta no modo de vida do seu país de origem?

1. _____

2. _____

3. _____

38) O que é melhor para uma pessoa de origem peruana no Brasil: (marque uma)

_____ (1) Estar casado (a) com alguém do país de origem

_____ (2) Estar casado (a) com um (a) peruano (a) que veio para o Brasil

_____ (3) Estar casado (a) com um (a) brasileiro (a)

_____ (4) A etnia do (a) esposo (a) não é importante

38.1) Por quê?

Dados Pessoais

45) Sexo:

_____ (1) Masculino

_____ (2) Feminino

46) Idade:

_____ (1) 20 anos ou menos

_____ (4) 45 – 50 anos

_____ (2) 21 – 30 anos

_____ (5) 51 – 65 anos

_____ (3) 31 – 40 anos

_____ (6) 66 anos ou mais

47) Número de irmãos:

_____ (1) 2 ou menos

_____ (3) 6 a 8

_____ (2) 3 a 5

_____ (4) 9 ou mais

48) Qual é (ou era) a ocupação do seu pai? (especifique)

49) Qual é sua atual ocupação? (especifique)

50) Há quanto tempo atua nesta área?

51) Em qual destas categorias classifica-se a renda anual total da sua família no ano passado? (marque uma)

_____ (1) 500 a 1.000 dólares

_____ (3) 2.000 a 3.000 dólares

_____ (2) 1.000 a 2.000 dólares

_____ (4) mais de 3.000 dólares

52) Em qual religião você foi criado? (marque uma)

_____ (1) Católica

_____ (4) Protestante

_____ (2) Grega Ortodoxa

_____ (5) Muçulmana

_____ (3) Judaísmo

_____ (6) Outra (qual) _____

53) Estado Civil: (marque uma)

_____ (1) Solteiro

_____ (4) Divorciado

_____ (2) Casado

_____ (5) Separado

_____ (3) Viúvo

_____ (6) Outro (qual)

